



## MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro  
1º-Vice-Presidente: Deputado José Henrique  
2º-Vice-Presidente: Deputado Inácio Franco  
3º-Vice-Presidente: Deputado Paulo Guedes  
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo  
2º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.  
3º-Secretário: Deputado Jayro Lessa

## LIDERANÇAS - 2011

BLOCO TRANSPARÊNCIA E RESULTADO - BTR (32) - Bancada do PSDB e representações partidárias do DEM, PPS, PHS, PRTB, PR, PRP, PTC, PTdoB e PTB

Líder: Deputado Bonifácio Mourão (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Luzia Ferreira (PPS), João Vítor Xavier (PRP), Cássio Soares (PRTB), Fred Costa (PHS) e Rômulo Viegas (PSDB)

BLOCO MINAS SEM CENSURA (21) – Bancadas do PT e PMDB e PCdoB

Líder: Deputado Rogério Correia (PT)

Vice-Líderes: Deputados Ivair Nogueira (PMDB), Paulo Lamac (PT), Pompílio Canavez (PT) e Ulysses Gomes (PT)

BLOCO PARLAMENTAR SOCIAL - BPS (17) - Bancada do PV e representações partidárias do PSL, PSB, PMN, PSC e PP

Líder: Deputado Tiago Ulisses (PV)

Vice-Líderes: Deputados Hely Tarquínio (PV), Antonio Lerin (PSB), Duilio de Castro (PMN) e Rômulo Veneroso (PV)

PDT - PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA

Líder: Deputado Sargento Rodrigues

Vice-Líder: Deputado Gustavo Perrella

LIDERANÇA DA MAIORIA

Líder: Deputado Gustavo Valadares (DEM)

LIDERANÇA DA MINORIA

Líder: Deputado Antônio Júlio (PMDB)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder: Deputado Luiz Humberto Carneiro (PSDB)

Vice-Líderes: Deputados Leonardo Moreira (PSDB), Neider Moreira (PPS), Dalmo Ribeiro Silva (PSDB), Deiró Marra (PR) e Luiz Henrique (PSDB)

## COMISSÕES PERMANENTES

### COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Gustavo Corrêa  
Deputado Délio Malheiros  
Deputado Bonifácio Mourão  
Deputado Neider Moreira  
Deputado Rogério Correia  
Deputado Ivair Nogueira  
Deputado Fred Costa

BTR  
BPS  
BTR  
BTR  
MSC  
MSC  
BTR

Presidente  
Vice-Presidente

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Valadares  
Deputado Hely Tarquínio  
Deputado Carlos Mosconi  
Deputada Luzia Ferreira  
Deputado Paulo Lamac  
Deputado Bruno Siqueira  
Deputado Sebastião Costa

BTR  
BPS  
BTR  
BTR  
MSC  
MSC  
BTR

**COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Almir Paraca	MSC	Presidente
Deputado Pompílio Canavez	MSC	Vice-Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Elismar Prado	MSC
Deputado Paulo Lamac	MSC
Deputado	BPS
Deputado Anselmo José Domingos	BTR
Deputado Neider Moreira	BTR

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sebastião Costa	BTR	Presidente
Deputado Bruno Siqueira	MSC	Vice-Presidente
Deputado Cássio Soares	BTR	
Deputado Delvito Alves	BTR	
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado André Quintão	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Gilberto Abramo	MSC
Deputado Bosco	BTR
Deputado Arlen Santiago	BTR
Deputado Rômulo Viegas	BTR
Deputado Délio Malheiros	BPS
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC

**COMISSÃO DE CULTURA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 16 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Elismar Prado	MSC	Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Tenente Lúcio	PDT	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Ulysses Gomes	MSC
Deputado Neilando Pimenta	BTR
Deputado Doutor Wilson Batista	BPS
Deputado Luiz Henrique	BTR
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10h30min

## MEMBROS EFETIVOS:



Deputado Doutor Wilson Batista	BPS	Presidente
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	Vice-Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	
Deputado Marques Abreu	BTR	
Deputado Elismar Prado	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Hely Tarquínio	BPS	
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputada Maria Tereza Lara	MSC	

**COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR E DO CONTRIBUINTE**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Délio Malheiros	BPS	Presidente
Deputada Liza Prado	BPS	Vice-Presidente
Deputado Duílio de Castro	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputada Rosângela Reis	BPS	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	

**COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Durval Ângelo	MSC	Presidente
Deputado Paulo Lamac	MSC	Vice-Presidente
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT	
Deputado Antônio Genaro	BPS	
Deputado Delvito Alves	BTR	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Maria Tereza Lara	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	
Deputado Sargento Rodrigues	PDT	
Deputado Duarte Bechir	BPS	
Deputado Célio Moreira	BTR	

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Bosco	BTR	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Neilando Pimenta	BTR	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Paulo Lamac	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputada Ana Maria Resende	BTR	
----------------------------	-----	--



Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado João Vitor Xavier	BTR
Deputada Maria Tereza Lara	MSC
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC

### COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE

Reuniões Ordinárias - terças-feiras – 15 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Marques Abreu	BTR	Presidente
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	Vice-Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Bruno Siqueira	MSC
Deputado Gustavo Valadares	BTR
Deputado André Quintão	MSC
Deputado Luiz Carlos Miranda	PDT

### COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Zé Maia	BTR	Presidente
Deputado Doutor Viana	BTR	Vice-Presidente
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	BMC	
Deputado Gustavo Perrella	PDT	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado João Leite	BTR
Deputado Gustavo Corrêa	BTR
Deputado Tiago Ulisses	BPS
Deputado Cássio Soares	BTR
Deputado Rogério Correia	MSC
Deputado Ivair Nogueira	BMC
Deputado Sargento Rodrigues	PDT

### COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 10 horas

#### MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Célio Moreira	BTR	Presidente
Deputado Duarte Bechir	BPS	Vice-Presidente
Deputada Luzia Ferreira	BTR	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	

#### MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Deiró Marra	BTR
Deputado Hely Tarquínio	BPS
Deputado Doutor Viana	BTR
Deputado Zé Maia	BTR
Deputado Ivair Nogueira	MSC

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 11 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Sávio Souza Cruz	MSC	Presidente
Deputado Tiago Ulisses	BPS	Vice-Presidente
Deputado João Vitor Xavier	BTR	
Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Henrique	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Antônio Júlio	MSC	

**COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR**

Reuniões Ordinárias - quintas-feiras - 14h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado André Quintão	MSC	Presidente
Deputado Fred Costa	BTR	Vice-Presidente
Deputado Bosco	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Carlin Moura	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Adelmo Carneiro Leão	MSC	
Deputado João Leite	BTR	
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	

**COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 15 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	Presidente
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Romel Anísio	BPS	
Deputado Doutor Viana	BTR	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado	BPS	
Deputado Luiz Humberto Carneiro	BTR	
Deputado Bonifácio Mourão	BTR	
Deputado Antônio Lerin	BPS	
Deputado Rogério Correia	MSC	

**COMISSÃO DE REDAÇÃO**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Duarte Bechir	BPS	Presidente
Deputada Ana Maria Resende	BTR	Vice-Presidente
Deputado Luiz Henrique	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	



Deputado Gilberto Abramo MSC

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Antônio Carlos Arantes BPS  
Deputado João Leite BTR  
Deputado Bosco BTR  
Deputada Luzia Ferreira BTR  
Deputado Antônio Júlio MSC

**COMISSÃO DE SAÚDE**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 9h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado Carlos Mosconi BTR Presidente  
Deputado Hely Tarquínio BPS Vice-Presidente  
Deputado Doutor Wilson Batista BPS  
Deputado Neider Moreira BTR  
Deputado Adelmo Carneiro Leão MSC

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Doutor Viana BTR  
Deputado Tiago Ulisses BPS  
Deputado Duílio de Castro BPS  
Deputada Luzia Ferreira BTR  
Deputado Almir Paraca MSC

**COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 9 horas

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputado João Leite BTR Presidente  
Deputada Maria Tereza Lara MSC Vice-Presidente  
Deputado Zé Maia BTR  
Deputado Cássio Soares BTR  
Deputado Sargento Rodrigues PDT

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Leonardo Moreira BTR  
Deputado Durval Ângelo MSC  
Deputado Célio Moreira BTR  
Deputado Gustavo Valadares BTR  
Deputado Tenente Lúcio PDT

**COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL**

Reuniões Ordinárias - quartas-feiras - 14h30min

**MEMBROS EFETIVOS:**

Deputada Rosângela Reis BPS Presidente  
Deputado Luiz Carlos Miranda PDT Vice-Presidente  
Deputado Juninho Araújo BPS  
Deputado Pompílio Canavez MSC  
Deputado Tadeu Martins Leite MSC

**MEMBROS SUPLENTE:**

Deputado Duarte Bechir BPS  
Deputado Sargento Rodrigues PDT  
Deputado Antônio Genaro BPS  
Deputado Celinho do Sinttrocel MSC  
Deputado Sávio Souza Cruz MSC

**COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS**

Reuniões Ordinárias - terças-feiras - 14h30min

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Adalclever Lopes	MSC	Presidente
Deputado Celinho do Sinttrocel	MSC	Vice-Presidente
Deputado Gustavo Valadares	BTR	
Deputado Célio Moreira	BTR	
Deputado Anselmo José Domingos	BTR	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Carlos Henrique	MSC	
Deputado Carlin Moura	MSC	
Deputado Fábio Cherem	BPS	
Deputado Gustavo Corrêa	BTR	
Deputado Deiró Marra	BTR	

**COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E COOPERATIVISMO**

Reuniões Ordinárias - terças -feiras - 10 horas

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Tenente Lúcio	PDT	Presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	Vice-Presidente
Deputado Rômulo Viegas	BTR	
Deputado Vanderlei Miranda	MSC	
Deputado Ulysses Gomes	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Gustavo Perrella	PDT	
Deputado Fred Costa	BTR	
Deputado Hélio Gomes	BPS	
Deputado Tadeu Martins Leite	MSC	
Deputado Pompílio Canavez	MSC	

**COMISSÃO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR**

## MEMBROS EFETIVOS:

Deputado Doutor Viana	BPS	Presidente
Deputado Sebastião Costa	BTR	
Deputado Adalclever Lopes	BTR	
Deputado Paulo Lamac	BTR	
Deputado Hely Tarquínio	MSC	
Deputado Romel Anízio	MSC	

## MEMBROS SUPLENTE:

Deputado Antônio Carlos Arantes	BPS	
Deputado Carlos Mosconi	BTR	
Deputado Fabiano Tolentino	BTR	
Deputado Dalmo Ribeiro Silva	BTR	
Deputado Antônio Júlio	MSC	
Deputado Rogério Correia	MSC	
Deputado Rômulo Veneroso	BPS	

Ouvidor Parlamentar: Deputado Hely Tarquínio

**SUMÁRIO****1 - ATAS**

1.1 - 24ª Reunião Especial da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura - Destinada à Realização da Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011



- 1.2 - Reunião de Comissões
- 2 - ORDENS DO DIA**
  - 2.1 - Plenário
  - 2.2 - Comissões
- 3 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**
  - 3.1 - Plenário
  - 3.2 - Comissões
- 4 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES**
- 5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR**
- 6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA**



ATAS

## ATA DA 24ª REUNIÃO ESPECIAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 19/8/2011

### Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro e André Quintão

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da reunião - Chamada dos alunos das escolas - Composição da Mesa - Registro de presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de vídeo - Palavras do Sr. Wanderley Chieppe Felipe - Palavras do Deputado André Quintão - Palavras do Sr. Presidente - Instalação da Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011 - Composição da Mesa - Apresentação dos relatórios aprovados nos grupos de trabalho - Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos - Leitura das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e apresentação de destaques - Discussão e Votação dos Destaques - Discussão e votação de novas propostas - Priorização das propostas - Aprovação do Documento Final - Entrega do documento final - Entrega de certificados - Apresentação musical - Encerramento.

### Comparecimento

- Comparecem os Deputados:

Dinis Pinheiro - José Henrique - Alencar da Silveira Jr. - André Quintão - Doutor Viana - Paulo Lamac.

### Abertura

O Sr. Presidente (Deputado Dinis Pinheiro) - Às 14h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o Sr. 2º-Secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

### Ata

- O Deputado Doutor Viana, 2º-Secretário “ad hoc”, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

### Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à realização da Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011, projeto resultante da parceria entre a Assembleia Legislativa de Minas Gerais, a PUC Minas e as Câmaras Municipais das cidades de Belo Horizonte, Capelinha, Carandaí, Caratinga, Carmo do Cajuru, Iturama, João Monlevade, Juiz de Fora, Montes Claros, Nova Serrana, Ouro Preto, Poços de Caldas, Pouso Alegre, Santos Dumont, Viçosa e Visconde do Rio Branco. Nesta reunião, estudantes do ensino médio dos Municípios participantes discutirão e votarão propostas elaboradas por eles sobre o tema “Drogas: como prevenir?”, cujo resultado será entregue à Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais.

### Chamada dos Alunos das Escolas

O locutor - Convidamos a tomar lugar neste Plenário os membros do Parlamento Jovem de Minas 2011 dos Municípios de Capelinha, Viçosa, Santos Dumont, Juiz de Fora, Visconde do Rio Branco, Iturama, João Monlevade, Caratinga, Montes Claros, Pouso Alegre, Poços de Caldas, Nova Serrana, Carmo do Cajuru, Carandaí, Ouro Preto e Belo Horizonte.

### Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular desta Casa; Wanderley Chieppe Felipe, Pró-Reitor de Extensão Universitária da PUC Minas, representando o Reitor da PUC Minas, Dom Joaquim Giovanni Mol Guimarães; e Manoel de Almeida Neto, Coordenador do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; as Exmas. Sras. Marilísia de Freitas Leão, Coordenadora Pedagógica do Colégio Objetivo, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem de Minas 2011; Ruth Schmitz de Castro, Gerente-Geral da Escola do Legislativo desta Casa; Lorena Latini Araújo, aluna do Colégio Magnum Agostiniano, de Belo Horizonte; e o Exmo. Sr. Vereador Alessandro Ramos de Melo, Presidente da Câmara Municipal de Carmo do Cajuru.

### Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar a presença dos Exmos. Srs. e das Exmas. Sras. André Rubião, Gerente do Centro de Referência da Juventude do Gabinete do Prefeito de Belo Horizonte; Márcia Alves, Assessora de Políticas sobre Drogas da Prefeitura de Belo Horizonte; Daniela Gerhard Batista, Gerente de Acompanhamento de Colegiado da Secretaria Municipal Adjunta de Gestão Compartilhada de Belo Horizonte; Vereadores Ademar Gomes de Lima e Antônio Elias Cardoso, Vereadora Cristina Fontes Araújo Viana, Vereadores Luciano Constantino de Oliveira, Marcos Arlindo Pereira e Marcos Nunes Coelho Júnior, da Câmara Municipal de Viçosa; Vereadores Jaime Silva Filho e André Luiz Fialho, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Câmara Municipal de Visconde do Rio Branco; Vereador Héilton Vicente de Souza, da Câmara Municipal de Perdões; Vereadora Cidinha Longo, da Câmara



Municipal de Iturama; Vereador Fred Coutinho, da Câmara Municipal de Pouso Alegre; e Gustavo Dias, representando o Subsecretário de Esportes e da Juventude, Gabriel Azevedo.

### **Execução do Hino Nacional**

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

### **Exibição de Vídeo**

O locutor - Neste momento assistiremos a um vídeo produzido pela TV Assembleia sobre o Parlamento Jovem de Minas 2011.

- Procede-se à exibição do vídeo.

### **Palavras do Sr. Wanderley Chieppe Felipe**

Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; Deputado André Quintão, nosso amigo e Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa de Minas Gerais; Prof. Manoel de Almeida Neto, Coordenador do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas, nosso colega; Profa. Marilísia de Freitas Leão, Coordenadora Pedagógica do Colégio Objetivo, representando as escolas participantes do Parlamento Jovem de Minas 2011; e Sra. Ruth Schmitz de Castro, Gerente-Geral da Escola do Legislativo e também professora, boa-tarde.

Cumprimento os professores da PUC Minas aqui presentes, que coordenam o Parlamento Jovem Estadual. Temos hoje cinco professores dessa instituição envolvidos com o projeto. Saúdo os alunos da PUC Minas dos cursos de Ciências Sociais, que são monitores; os representantes dos Municípios; os Vereadores; os professores das escolas participantes e os demais participantes. Cumprimento de modo especial os alunos participantes, que vêm das 16 cidades que neste ano integram o Parlamento Jovem.

É com muita alegria que venho, a cada ano, à Assembleia Legislativa, para participar da abertura da plenária, vendo a continuidade do projeto Parlamento Jovem, o seu crescimento e os seus efeitos, tanto para a universidade quanto para a Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e as escolas participantes. Acabo de saber que há outras 10 escolas pleiteando a participação neste evento, no próximo ano. Foi uma feliz ideia que nasceu da parceria entre a Escola do Legislativo e a PUC Minas, a qual vem se disseminando pouco a pouco.

Estamos vendo, com muita tristeza e indignação, o panorama nacional, em que a cada dia aparecem mais envolvidos em atos de corrupção. O governo federal tem tomado as suas medidas, a imprensa tem feito o seu papel, e a população, pouco a pouco, vem se envolvendo. Sempre nos perguntamos qual é a participação efetiva da população nos processos políticos do País. O que observamos é que a maioria absoluta se limita a votar e acha que cumpriu o seu dever. De fato, trata-se de democracia frágil, quando isso ocorre.

Gostaria de parabenizar os estudantes que estão aqui presentes, que se envolveram com esse projeto, têm participado e hoje chegam aqui, para finalizar a discussão e votar as propostas sobre o abuso de drogas e a prevenção possível. É um tema extremamente importante, que tem repercussão na vida da população, nas áreas política, social e econômica.

Ouvi recentemente de um Diretor de hospital da Fhemig um dado alarmante: o atendimento às pessoas usuárias de “crack” ultrapassou em Belo Horizonte às de álcool. Então, as pessoas com sequelas e consequências advindas do abuso de álcool já são em número menor do que o dos usuários de “crack” na Capital do Estado. Então, Belo Horizonte está se destacando pelo abuso de drogas. O que fazer diante disso? É a discussão em que vocês se empenharam. É um tema que vem sendo discutido nas universidades, na CNBB, nas Assembleias, no Congresso Nacional, em diversos fóruns.

Quais as perspectivas que os jovens têm em nosso país? Qual a formação que os jovens têm recebido? O que as nossas escolas têm feito? O que a sociedade em geral tem feito por eles? A maior parte dos usuários são jovens como vocês. É muito bom ver uma turma aqui na Assembleia participando desta plenária, depois de um extenso trabalho realizado com o pessoal da Casa, da PUC Minas e de outras universidades, das Câmaras Municipais. Fico muito feliz que estejam pensando não somente em vocês, mas no futuro do País.

A nossa grande esperança com esse projeto Parlamento Jovem é que, pouco a pouco, uma nova geração vai surgindo. Parabens a vocês; a Escola do Legislativo, pelo suporte e pela participação; os professores e estudantes dos cursos de Ciências Sociais e de Relações Internacionais da PUC Minas, o Prof. Manoel Neto; os demais envolvidos.

É com alegria e satisfação que damos a nossa contribuição junto à Escola do Legislativo e às demais escolas e universidades participantes. Muito obrigado. Bom trabalho a todos nesta tarde.

### **Palavras do Deputado André Quintão**

Boa-tarde. Cumprimentamos o Presidente da Assembleia Legislativa, Deputado Dinis Pinheiro, a quem agradecemos o empenho e o apoio a esse brilhante projeto, pois disponibilizou toda a estrutura necessária para o bom andamento dos trabalhos; o amigo Prof. Wanderley Felipe, representante da nossa querida PUC Minas, do Reitor Dom Joaquim Mol, nosso guia espiritual - como ex-aluno da PUC é com muita honra que integramos este projeto desde 2004, em parceria com essa universidade -; o Prof. Manoel de Almeida Neto; todos os professores, professoras e estudantes da PUC Minas; a Profa. Marilísia, na pessoa da qual cumprimos também todos os educadores e educadoras das escolas participantes; a Ruth, Gerente-Geral da Escola do Legislativo, e a Eugênia, a quem agradecemos o empenho - a participação da Escola do Legislativo é fundamental para o êxito desse projeto -; os representantes da Prefeitura de Belo Horizonte; os Vereadores do interior; o Vereador Arnaldo Godoy, que se encontra em reunião ordinária na Câmara, neste momento, mas que se faz representar; e especialmente os jovens integrantes do Parlamento Jovem.

Destaco brevemente que esse é um projeto inovador, começou em 2004 e foi gestado em 2003 através da Escola do Legislativo, da PUC Minas e da Comissão de Participação Popular, criada na época. É um projeto em que se busca exatamente combinar a participação, a formação para a cidadania, trazendo para a Assembleia a visão que vocês têm de questões que afetam o cotidiano das juventudes mineira e brasileira.

É um projeto que se insere nas preocupações acadêmicas, educacionais, das escolas de ensino médio e da PUC Minas, mas é também muito importante para a Assembleia, porque norteia e apresenta a visão fundamental que a juventude traz sobre o mundo. A meu ver, criou-se, equivocadamente, o mito de que o jovem não gosta de participar. Ele não gosta de participar de coisas chatas, de



mecanismos formais, ultrapassados, tradicionais de exercício da política. Quando é apresentado ao jovem um projeto que favorece a escuta, a possibilidade de expressar suas opiniões, em que pode sentir que está crescendo no exercício da cidadania, ele se interessa, se empolga e argumenta.

Prof. Felipe, o Parlamento Jovem tem dado certo, pois, a cada ano, ele é aperfeiçoado e conduzido, de maneira muito séria, pela PUC, pelas escolas, pela Escola do Legislativo e pelo corpo técnico. Buscamos sempre aperfeiçoá-lo a cada ano. O fato de já estarmos numa edição interiorizada é muito importante. Hoje o Parlamento Jovem exerce também papel indutor para as Câmaras Municipais, que precisam abrir-se, modernizar-se, aceitar e criar espaço para o protagonismo juvenil. De fato, é um projeto que nos orgulha. Tenho a certeza de que, ainda neste ano, será objeto de publicação de um livro de reflexão sobre essa trajetória, pela editora da PUC. Será muito importante.

Sr. Presidente, estive em Brasília representando V. Exa. no seminário de 10 anos da Comissão de Legislação Participativa do Congresso. Para nossa alegria, nossa Comissão foi colocada como a principal, e o projeto Parlamento Jovem, como um dos mais inovadores. É preciso persistir e continuar.

Termo dizendo que outro ponto positivo do Parlamento Jovem é que o conjunto das discussões tem encaminhamento, ele não termina hoje. Ao final, todos se encaminharão, formalmente, à Comissão de Participação Popular, que dará o encaminhamento. Às vezes se trata de uma proposta que já é lei, então deve-se cobrar do governo sua execução. Outras vezes é uma questão que diz respeito ao Congresso Nacional; então passamos para o Congresso Nacional a preocupação de Minas. Às vezes, é uma ação do poder local, do Município, e as próprias Câmaras Municipais cumprirão esse papel junto às Prefeituras. Outras poderão, quem sabe?, ser transformadas em aperfeiçoamento num projeto governamental do Estado no Plano Plurianual, no Orçamento anual.

Houve a ideia, proposta numa das edições do Parlamento Jovem, de estender a alimentação escolar ao ensino médio noturno. Pegamos essa proposta e a transformamos em emenda do Parlamento Jovem à Lei Orçamentária do Estado, e foi efetivada no ano seguinte. Hoje é universal, mas naquele momento não havia alimentação escolar para o ensino médio, apenas para o fundamental. Isso serve para mostrar a vocês que, às vezes, conseguimos, num curto espaço de tempo, a realização de uma boa ideia nas ações do governo estadual.

Por isso cumprimento a todos aqui, como também os que não estão, mas que participaram, em cada Município, e também os educadores. O Parlamento Jovem é muito importante, particularmente neste ano, pois trata, de fato, como disse o professor, de um tema fundamental: como prevenir o uso de drogas, como fazer esse debate na sociedade de maneira adequada, de maneira que dê chance de recuperação aos usuários, de maneira que se dissemine na sociedade a ideia de não fazer uso de drogas. Se há tráfico, é porque há usuários. É preciso tratar o usuário, combater o tráfico, mas também fazer uma discussão preventiva na sociedade. Li as propostas discutidas por vocês e vi que todas caminham nesse sentido. É muito importante, pois esse tema atinge toda a sociedade, e ninguém melhor que o jovem, que convive e vivencia essa realidade, ao seu lado, para nos iluminar na apresentação de propostas de políticas públicas. Parabéns a todos.

Espero que tenhamos hoje mais um dia de belíssimo trabalho. Este evento está sendo transmitido, ao vivo, a todo o Estado de Minas Gerais. Quem estiver nos acompanhando pela TV Assembleia, estimule as Câmaras Municipais a desenvolver e a multiplicar esse projeto. A juventude quer participar sim, mas é preciso haver espaço adequado, e ela precisa ser respeitada e ouvida. Muito obrigado.

### **Palavras do Sr. Presidente**

Querido amigo, Deputado André Quintão, Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia de Minas, que realiza um trabalho extraordinário na área social e é uma referência no nosso querido Estado. Parabéns, Deputado André Quintão! Continue brilhando e promovendo boas ações para melhorar a vida das pessoas. Quero saudar o Prof. Wanderley Felipe, representando D. Joaquim Giovani, Magnífico Reitor da PUC Minas, que teve a oportunidade de externar com muita propriedade o assunto ora debatido; o Prof. Manoel de Almeida Neto, Coordenador do Curso de Ciências Sociais da PUC Minas; a Profa. Marilísia de Freitas, Coordenadora Pedagógica do Colégio Objetivo, representando as escolas participantes; e, com entusiasmo, a Sra. Ruth de Castro, Gerente-Geral da Escola do Legislativo.

Aproveito a oportunidade para convidar a jovem Lorena para assentar à mesa e abrilhantar o nosso evento. Quero que se faça presente aqui, por gentileza! Convido um Vereador para se assentar ao nosso lado. Gostaria da presença de um Vereador, haja vista a importância das Câmaras Municipais. Por gentileza, Vereador! Vocês não vão reparar, mas esta Presidência adora quebrar formalidades. Aliás, como disse o Deputado André Quintão, a juventude gosta de participar, ouvir, debater e dialogar. Já fui jovem, mas ainda estou com o espírito jovem. Deputado André Quintão, cheguei aqui com 20 e poucos anos, em 1994, e estou exercendo o meu mandato pela quinta vez. Fico feliz em recepcioná-los. Esta é uma alegria muito grande para esta Casa, que é de vocês. Vereador e Lorena, sejam bem-vindos e façam o favor de assentar-se.

Reafirmo o que disse o Deputado André Quintão. O Parlamento Jovem é um dos instrumentos inovadores, de ousadia e de grande convocação da sociedade. Realmente é algo bonito e uma atitude louvável do Parlamento. Muitas vezes, professor, alguns setores não compreendem, ou seja, não têm o nível de compreensão elevado da importância da Assembleia na vida das pessoas e da implantação de políticas públicas que efetivamente melhorem a vida das pessoas. O Parlamento jovem tem cumprido um papel extraordinário de engajamento, interação e sintonia fina entre o Parlamento e a nossa população. Nada melhor do que recepcioná-los aqui. Jovem tem de estar sempre presente para trazer a sua ideia e sugestão e enriquecer os nossos debates com a sua ousadia. O jovem é ousado, valente e destemido. Certamente a presença de vocês, queridos jovens, tem tido um papel extraordinário na Assembleia de Minas. Hoje, com muita alegria e satisfação, quero dar-lhes boas-vindas.

É muito bom ver e testemunhar que os jovens acreditam na vida cidadã, numa política e na Assembleia de Minas. A presença desses jovens aqui, o abraço dos jovens no Parlamento de Minas é o atestado inequívoco da confiança e da esperança que todos depositam no Parlamento de Minas, que tem feito todos os esforços para ser reconhecido como o poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor. Professor, ao lado dos queridos colegas da Mesa, dos Deputados e das Deputadas, tenho feito todos os esforços para que a



Assembleia seja cada dia mais cidadã e participativa e tenha humildade para ouvir, debater e interiorizar as suas ações. Até porque digo que nós, Deputados, não podemos ficar aqui na Assembleia tão somente, pois precisamos conversar, conhecer as dificuldades e as prioridades e identificar as lacunas que precisam ser preenchidas pelos poderes públicos. A Assembleia tem realizado um trabalho incansável com esse objetivo.

Aproveito a oportunidade para reverenciar o papel das comissões permanentes desta Casa. Nesse primeiro semestre, por exemplo, Deputado André Quintão, as comissões realizaram aproximadamente 800 reuniões. Conversamos com milhares de pessoas. Foram realizadas reuniões aqui, nesta Casa, e no Estado de Minas Gerais, por todo o interior, com o objetivo de enriquecer a nossa pauta, trazer subsídios e informações. Mais sabedoria e mais preparo para quê? Para que a Assembleia tenha, de fato, uma pauta mais rica, uma pauta mais valorosa, uma pauta que contribua para dar uma resposta mais rápida e mais expositiva aos anseios, às dificuldades, às aspirações e aos desejos da população mineira.

Será iniciado nesta Casa um seminário legislativo - o Deputado André Quintão tem participado de forma muito intensa -, que certamente será o ponto de destaque da Assembleia neste segundo semestre. Nele serão discutidas políticas públicas para erradicação da miséria, diminuição das desigualdades sociais e regionais. Serão promovidos 11 encontros regionais, Sra. Ruth. Daqui a aproximadamente 15 dias, acontecerá o primeiro encontro, na cidade de Ribeirão das Neves. Creio que isso é algo que nos convoca, que nos chama para enfrentar a realidade. Hoje lamentavelmente ainda existe, no Estado de Minas Gerais, 900 mil mineiros abaixo a linha de pobreza. Em nível nacional, são 16 milhões de brasileiros. Falo e reafirmo: nós não vamos ser felizes enquanto milhões e milhões de pessoas vivenciarem esse estado de pobreza, de dificuldade e de agrura, e não tiverem oportunidade de criar seus filhos, seus entes familiares com alegria, com paz, com dignidade. Todos, todos nós precisamos ter dignidade, ter uma vida de paz, ter uma vida solidária. E, ao receber vocês aqui, quero reverenciá-los por essa vontade de servir, por essa vontade de ajudar, de fazer algo e de debater um tema tão polêmico e tão difícil na vida de cada um de nós, independentemente de termos ou não algum ente familiar envolvido na questão da droga, do “crack”. Trata-se de algo que tem de ser enfrentado por todos nós, porque é, realmente, um problema social que todos nós estamos enfrentando e que requer uma luta ainda maior, uma disposição ainda maior e instrumentos ainda mais eficazes para que possamos dar bem-estar aos nossos jovens, à nossa sociedade e prepará-los, acima de tudo, para um futuro, um futuro de prosperidade, de paz, de êxito e de alegria. É o que a Assembleia de Minas faz, é o que o Parlamento de Minas está fazendo, é o que o Parlamento Jovem tem feito, em parceria com a PUC, em parceria com as Câmaras Municipais.

Quero aqui aplaudir as Câmaras Municipais por essa vontade, pela obstinação, por esse abraço a uma causa tão nobre, assim como os educadores, os professores, os colaboradores. É muito bom, é muito gratificante vê-los envolvidos, enfrentando essa dura realidade, participando, querendo dar a sua contribuição e se entregando, de corpo e alma, para que jovens, senhoras e senhores, idosos, enfim para que todos nós tenhamos, sim, um ambiente de paz, um ambiente cristão, um ambiente mais fraterno.

Portanto, queridos jovens, quero aqui parabenizá-los pela presença, pela valorosa participação e contribuição de vocês. Aliás, quero aqui ressaltar a riqueza dos debates, das contribuições, opiniões e sugestões. Tive oportunidade de observar aqui que os jovens estão sugerindo, por exemplo, Deputado André Quintão, que empresas que contratarem ex-dependentes químicos recebam benefícios fiscais do Estado. Eu, por exemplo, aprovei, há dois anos, uma legislação nesse sentido: que aquela empresa que, porventura, venha a contratar pessoas egressas do sistema prisional, possa ter esse aporte financeiro, esse apoio financeiro. Creio terem uma similaridade muito forte as sugestões. Certamente a Assembleia terá oportunidade de promover essa legislação, conforme orientação e sugestão de vocês.

Quero aqui deixar o meu muito obrigado, parabenizá-los. É muito importante a sua participação. Quero sempre a presença de vocês. Esta Casa se torna mais forte, mais independente, mais ativa, mais espontânea e mais alegre com a presença do povo e, acima de tudo, com a presença de vocês, jovens, jovens idealistas, sonhadores e visionários que, certamente, estão dando uma belíssima contribuição para que a Assembleia de Minas possa continuar ocupando uma posição extraordinária na transformação da vida das pessoas e se afirmando como poder do cidadão na construção de uma sociedade melhor, mais justa e mais cristã.

Aproveito a oportunidade para registrar a presença do querido, fraterno, amigo, médico e ex-Presidente desta Casa, Deputado Doutor Viana, que possui uma vida pública extraordinária, uma formação humana exemplar e que tem feito um trabalho imensurável nesta Casa.

Portanto, os nossos agradecimentos a vocês, queridos jovens, a todos os colaboradores, a todos que estão aqui e à PUC. É muito bom saber que estamos imbuídos de um mesmo pensamento, sentimento e desejo de construir uma sociedade mais fraterna, mais feliz, mais humana e mais cristã. Parabéns a vocês! Que Deus abençoe a todos! Luz, sabedoria e paz! É o que desejo do fundo do coração. Obrigado pela presença.

### **Instalação da Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011**

O Sr. Presidente - Declaro instalada a Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011.

#### **Composição da Mesa**

O locutor - Convidamos a compor a Mesa da Sessão do Parlamento Jovem de Minas 2011 Angel Lakisny de Góes Pereira, aluna do Colégio Bandeirantes, de Pouso Alegre, coordenadora do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Família”; Ketheleen Kisla Reis Bento, aluna do Colégio Municipal Rio Branco, de Visconde de Rio Branco, relatora do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Família”; Sanykelly Carla Augusto de Sousa, aluna do Colégio Municipal Rio Branco, de Visconde do Rio Branco, coordenadora do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Escola”; Marina Borges de Freitas, aluna do Colégio Santa Catarina, de Juiz de Fora, relatora do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Escola”; Aldair Gustavo Isidoro Júnior, aluno do Colégio Cenec, de Caratinga, coordenador do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Sociedade”; e Bárbara de Oliveira, aluna do Colégio Anglo, de Viçosa, relatora do grupo de trabalho “O Jovem e o Papel da Sociedade”.



### **Apresentação dos Relatórios Aprovados nos Grupos de Trabalho**

A coordenadora Angel Lakismy de Góes Pereira - Boa tarde. A partir deste momento, os coordenadores e relatores disporão, conjuntamente, de até 10 minutos para relatarem o processo de discussão dos grupos de trabalho.

- Procede-se à leitura de relatórios aprovados nos grupos de trabalho.

### **Esclarecimentos sobre a dinâmica dos trabalhos**

A coordenadora Sanykelly Carla Augusto de Souza - Gostaria de informar aos presentes que esta reunião terá a seguinte dinâmica: leitura das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e levantamento dos pedidos de destaque; aprovação em bloco, por maioria simples, das propostas não destacadas; apresentação oral dos destaques solicitados por até 2 minutos; discussão e votação, por maioria simples, dos destaques; apresentação, discussão e votação das novas propostas apresentadas dentro do prazo estabelecido, desde que subscritos por, no mínimo, 20% dos votantes; priorização das propostas aprovadas em número de até 3 por subtema; e entrega do documento final ao representante da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

Leitura das Propostas Aprovadas nos Grupos de Trabalho e Apresentação de Destaques

O coordenador Aldair Gustavo Isidoro Júnior - Passaremos à leitura das propostas e pedidos de destaques. Esclarecemos que, no caso de proposta de aglutinação, o destaque deverá ser feito em todas as propostas a serem aglutinadas. A fim de verificar o quórum, a coordenação solicita aos votantes presentes que levantem os crachás. (- Pausa.) Há 106 votantes presentes. São necessárias 21 assinaturas para a apresentação de novas propostas, ou seja, 20% dos presentes. Lembramos a todos que os formulários para a apresentação de novas propostas devem ser solicitados à assessoria da Assembleia, que se encontra na mesa de apoio à esquerda da tribuna.

- Procede-se à leitura das propostas aprovadas nos grupos de trabalho e à apresentação de destaques.

### **Discussão e Votação dos Destaques**

A coordenadora Angel Lakismy de Góes Pereira - Passaremos à discussão e à votação dos destaques.

- Procede-se à discussão e à votação dos destaques.

### **Discussão e Votação de Novas Propostas**

A coordenadora Angel Lakismy de Góes Pereira - Passaremos à discussão e à votação de novas propostas.

- Procede-se à discussão e à votação de novas propostas.

### **Priorização das Propostas**

A coordenadora Sanykelly Carla Augusto de Souza - Neste momento, faremos a priorização das propostas. Poderão ser priorizadas até três propostas aprovadas por subtema, no caso, só "O Jovem e o Papel da Escola". A priorização será definida a partir da apuração do número de votos atribuído a cada proposta aprovada em cada tema. Solicitamos aos participantes que, durante o processo de votação, permaneçam em seus lugares e mantenham os crachás de votação levantados até que seja encerrada a contagem dos votos.

- Procede-se à priorização das propostas.

### **Aprovação do Documento Final**

O coordenador Aldair Gustavo Isidoro Júnior - Declaro aprovado o documento final do Parlamento Jovem de Minas 2011 sobre o tema "Drogas: como prevenir?".

- O teor do documento final aprovado é o seguinte:

#### **O jovem e o papel da família**

1 - Incremento do Programa Saúde da Família e capacitação de seus agentes comunitários sobre o tema "drogas", por meio de investimentos nas unidades de atenção primária à saúde, para implantação de equipes multiprofissionais, devidamente capacitadas, que atendam as famílias que necessitem de orientação relacionada ao uso de álcool ou outras drogas e que esclareçam a comunidade sobre formas de prevenção.

2 - Criação de campanhas de prevenção e combate ao uso de drogas nos mais variados meios de comunicação; inclusão, na programação de emissoras de televisão e rádio, bem como em outras mídias, de chamadas contendo depoimentos de ex-usuários de drogas, com garantia do anonimato opcional destes, além de propagandas específicas sobre a prevenção do uso de drogas; exigência de que programas de saúde existentes no Município, destinados a informar a população sobre os danos e as consequências do consumo de drogas lícitas e ilícitas, estimulem o combate ao preconceito social contra os usuários e incentivem a procura por tratamento; inclusão de avisos em faturas emitidas pelas prestadoras de serviços públicos (companhias de água, luz, telefone, gás, etc.), sendo que as campanhas relativas a drogas lícitas seriam custeadas pelos próprios fabricantes e as relativas a drogas ilícitas custeadas pelo governo.

3 - Criação de centro de lazer e reflexão, com funcionários contratados e remunerados pelo poder público municipal ou estadual e com a colaboração de voluntários, onde serão desenvolvidas ações de prevenção, por meio de encontros periódicos envolvendo famílias, dependentes químicos e comunidade e da realização de atividades culturais e esportivas. O referido centro poderá funcionar nas escolas ou em outros espaços públicos já existentes e deverá elaborar semanalmente relatórios avaliativos que serão enviados aos alunos atendidos.

#### **O jovem e o papel da escola**

4. Criação do programa "Emprega, Minas", que consiste na seleção de jovens secundaristas ou universitários, incluindo vagas prioritárias para ex-usuários de drogas, para serem capacitados pelo governo de Minas Gerais em cursos básicos, a serem definidos de acordo com a demanda de mão de obra de cada Município. A partir da prática, vivenciada nos próprios locais de trabalho, associada à teoria, os cursos seriam ministrados por profissionais devidamente capacitados, que formariam o Serviço Estadual Profissionalizante de Adolescentes-Seepa. Tal instituição ficaria responsável também por desenvolver um material didático necessário para plena aprendizagem e uso exclusivo desses alunos. Em seguida, o próprio governo contrataria esses jovens de acordo com a idade, como



aprendizes ou como primeiro emprego, na área em que foram capacitados, ocupando cargos nas instituições ligadas ao governo estadual. Assim, teriam experiência para um próximo trabalho e também a capacitação. O projeto poderá contar com a parceria de empresas privadas que tenham interesse em absorver essa mão de obra futuramente.

5 - Criação, dentro da escola ou espaço físico já existente, de um programa extracurricular diversificado de atividades culturais e esportivas que incluam a família, com orientação de estagiários de universidades parceiras recrutados a partir de processo seletivo aplicado nas universidades estaduais ou federais e contratados pelo Estado por um período a ser estipulado. As atividades, a serem desenvolvidas com alunos dos ensinos infantil, fundamental e médio, de maneira lúdica e apropriada para cada faixa etária, ajudariam na formação de opinião destes acerca de situações geralmente vivenciadas pelos jovens.

6 - Elaboração, pelo governo do Estado, de um calendário de seminários educativos, que acontecerão em cada Município durante todo o ano, oferecidos aos profissionais da rede pública de ensino, com enfoque nos problemas sociais e temas polêmicos, com o objetivo de enriquecer o discurso dos professores, que repassarão o conhecimento adquirido em discussões na sala de aula.

### **O jovem e o papel da sociedade**

7 - Criação de convênios entre o governo de Minas Gerais, empresas privadas e casas de reabilitação para que ex-usuários e ex-internados sejam inseridos em programas de capacitação profissional gratuitos e recebam acompanhamento psicológico, com o objetivo de serem direcionados a empresas que os contratem por meio de um sistema de cotas, sendo compensadas, por sua contribuição à sociedade, com benefícios tributários.

8 - Criação de um mascote, nos moldes do Zé Gotinha (poliomielite), para representar a luta pela prevenção às drogas, devido à grande mobilização e aceitação que um personagem pode ter na sociedade, com divulgação em diferentes meios de comunicação: televisão, rádio e em contatos de telefone, água e luz. Esse mascote terá o intuito de construir uma consciência nas crianças sobre as drogas lícitas desde cedo.

9 - Inclusão obrigatória nos rótulos de bebidas alcoólicas de frases e fotos alertando sobre as consequências do uso do álcool, considerando-se que esta droga pode representar o primeiro passo para o uso das drogas ilícitas.

### **Entrega do Documento Final**

O coordenador Aldair Gustavo Isidoro Júnior - Convido o Presidente da Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, Deputado André Quintão, para, em nome da Casa, receber o documento aprovado nesta plenária do Parlamento Jovem de Minas de 2011.

- Procede-se à entrega do documento.

O Sr. Presidente (Deputado André Quintão) - Antes de irmos para a última etapa, que é a entrega dos certificados, gostaria, em nome da Comissão de Participação Popular, de parabenizá-los por esta edição do Parlamento Jovem. É com muito respeito que recebemos esse documento final. Tive oportunidade de acompanhar parte dos debates no Plenário, muito interessantes. Quero dizer-lhes do procedimento que será feito agora. Cada uma dessas propostas será analisada na Comissão de Participação Popular e pode tomar vários caminhos. Pode haver propostas que não serão objetos de um projeto de lei, mas de uma cobrança do poder público para aquela ação. Pode haver uma ação que está no plano federal. Aí se manda documento oficial para a Câmara dos Deputados, para o governo federal. Pode haver coisa que gere ação em Minas. Quando formos discutir, em outubro e novembro, o Plano Plurianual e o Orçamento do Estado, vocês serão comunicados para que alguma dessas propostas se transforme em emenda popular do Parlamento Jovem ao Orçamento e ao Plano Plurianual. Eventualmente, alguma proposta pode ser transformada numa lei propriamente dita, mas todas elas serão analisadas com o maior carinho. Inclusive, quando formos votar na Comissão, teremos o cuidado de avisar à coordenação do projeto Parlamento Jovem. Então vocês terão todas as informações.

Sei que é um parlamento interiorizado, e o Presidente da Assembleia hoje mencionou que, durante o mês de setembro, teremos audiências regionalizadas para discutir estratégias de superação da pobreza, e um dos subtemas está relacionado a essa questão. A Assembleia divulgará o calendário. Sei que algumas cidades que aqui participam serão sede das audiências descentralizadas da Assembleia. Então se sintam convidados para outros eventos de participação da Assembleia Legislativa. Quando saírem, deixarei a publicação de uma lei estadual muito importante, a lei estadual da juventude. Existe uma política prevista em lei para a juventude. Ao final do evento, entregarei essa lei para vocês, porque ela também é objeto de cobrança de cidadania. No mais, gostaria de parabenizar todos vocês que participaram deste belíssimo evento, que, tenho certeza, servirá de modelo para outras edições do Parlamento Jovem. Nesse sentido, convido para tomar assento à mesa a Sra. Ruth Schmitz de Castro, Gerente-Geral da Escola do Legislativo, para fazer a entrega dos certificados de participação no Parlamento Jovem de Minas 2011, mais uma vez parabenizando a Escola do Legislativo, a PUC Minas e todas as escolas participantes. Convido a Ruth para integrar a Mesa.

### **Entrega de Certificados**

A Sra. Ruth Schmitz de Castro - Vamos começar rápido, porque vocês já estão doidos para voltar para o Sesc. Rosemary de Souza Filho, de Belo Horizonte. Entregarei os certificados para ela, que fará a entrega para os colegas.

O coordenador Aldair Gustavo Isidoro Júnior - André Luiz Neves Silva, da cidade de Capelinha; Vereador Antônio Sebastião Ferreira Lima, de Carandaí; Maria de Lourdes Gonçalves, de Caratinga, representando a coordenadora Simone Rodrigues Bárbara; Vereador Alessandro Ramos de Melo, de Carmo do Cajuru; Sra. Ana Maria de Freitas, de Iturama; Sra. Maria Helena da Silva, de João Monlevade; Sr. Sérgio Antônio Peres Dutra, de Juiz de Fora; Sra. Cristiane Alves Nunes, de Montes Claros; Sr. Régis de Brito Martins, de Nova Serrana; Sra. Mariana Andrade Silva, de Ouro Preto; Sra. Arlis Silva Basi, de Poços de Caldas; Sra. Maria do Carmo Freitas Macedo, de Pouso Alegre; Sra. Elma Marques de Souza Costa, de Santos Dumont; Sra. Mônica Bernardi Pelizzaro Reis, de Viçosa; Vereador André Luiz Fialho, de Visconde do Rio Branco.

### **Apresentação Musical**

O Sr. Presidente - Antes do encerramento formal, haverá a apresentação do hino do Parlamento Jovem. Em seguida, solicitamos a todos que se posicionem aqui na frente, para tirarmos a foto oficial do Parlamento Jovem de 2011.



O estudante Tomás - O pessoal de Caratinga fez uma música para o Parlamento Jovem. Estivemos aqui no ano passado. O Deputado Dinis Pinheiro acabou citando um verso da canção, mesmo sem saber. Ele disse que somos jovens visionários. Queremos mostrar um pouco do que vivemos ano passado e o que achamos do Parlamento Jovem.

- Procede-se à apresentação musical.

### **Encerramento**

O Sr. Presidente - A Presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as Deputadas e os Deputados para a especial de segunda-feira, dia 22, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

## **ATA DA 2ª REUNIÃO REGIONAL DA CIPE RIO DOCE, EM 9/8/2011**

Às 10h15min, comparecem na Sala das Comissões a Deputada Rosângela Reis e os Deputados Carlos Henrique e Hélio Gomes, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Coordenador, Deputado Carlos Henrique, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da Deputada Rosângela Reis, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Coordenação informa que a reunião se destina a debater a Deliberação Normativa Copam nº 96, de 2006, que convoca os Municípios para o licenciamento ambiental de sistema de tratamento de esgotos e dá outras providências, e a Deliberação Normativa Copam nº 128/2008, que altera os prazos estabelecidos pela Deliberação Normativa Copam nº 96/2006; programas dos governos federal e estadual em prol do saneamento básico municipal; ampliação das áreas de vegetação nativa e de recuperação de áreas degradadas na Bacia Hidrográfica do Rio Doce; iniciativas da Emater-MG em ações de preservação ambiental. Comunica o recebimento da seguinte correspondência: do Sr. Fabiano Henrique Alves, responsável pela Unidade Administrativa Regional da ANA, de Governador Valadares, e do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, em que agradece o convite. O Coordenador interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir os Srs. José Geraldo Amigão, representando os Srs. Nardyello Rocha de Oliveira, Presidente da Câmara Municipal de Ipatinga; Sérgio Abucater, Coordenador do Núcleo Político Intersetorial de Cooperação, representando o Sr. Gilson de Carvalho Queiroz Filho, Presidente da Funasa; a Sra. Maria Helena Batista Murta, Superintendente Regional de Regularização Ambiental Leste Mineiro; os Srs. Rodolfo Carvalho Salgado Penido, Gerente de Monitoramento de Efluentes da Feam, representando o Sr. Adriano Magalhães Chaves, Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Wylliam Giovanni de Moura Mello, Gerente do Núcleo do Igam de Governador Valadares, representando a Sra. Cleide Izabel Pedrosa de Mello, Diretora-Geral do Igam; Franklin Otávio Coelho de Mendonça, Chefe de Departamento Operacional Leste, representando o Sr. Ricardo Augusto Simões Campos, Diretor-Presidente da Copasa; Edenilson Cremonini, Analista Ambiental e Chefe do Escritório Regional Rio Doce, representando o Sr. Marcos Affonso Ortiz Gomes, Diretor-Geral do IEF; Ênio Resende de Souza, Coordenador Técnico Estadual de Meio Ambiente, representando o Sr. Maurilio Soares Guimarães, Presidente da Emater; Roberto César de Almeida, Vice-Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce, representando a Sra. Elisa Maria Costa, Prefeita Municipal de Governador Valadares e Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce; Sérgio Mendes Pires, Prefeito Municipal de Timóteo; José Euler, Prefeito Municipal de Mesquita e Presidente da Associação Microrregional do Vale do Aço; Maria da Penha Carvalho, Agente Governamental da Coordenadoria Regional da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão em Governador Valadares; Lusifith Shafith Felipe, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba; Luciane Teixeira Martins, Presidente do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Suaçuí; José Ângelo Paganini, Presidente da Fundação Relictos; Nilton Barreto dos Santos, Presidente da Fundação de Ecoturismo do Vale do Aço, que são convidados a tomar assento à mesa. Logo após, o Coordenador passa a palavra aos convidados para que façam suas exposições. Abertos os debates, o Coordenador passa a presidência dos trabalhos para a Deputada Rosângela Reis, Presidente da Cipe Rio Doce e segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A Presidente retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Carlos Henrique e Hélio Gomes em que solicitam seja agendada uma reunião com a Secretária de Estado de Planejamento e Gestão e com o Secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, para tratar da implementação do Plano Integrado de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Doce; da Deputada Rosângela Reis e dos Deputados Carlos Henrique, José Henrique, Bonifácio Mourão e Hélio Gomes em que solicitam seja encaminhado ofício ao Deputado Federal Leonardo Monteiro com pedido de providências para o relançamento da Frente Parlamentar em Defesa do Rio Doce e a inclusão das bancadas mineira e capixaba da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, como forma de defender uma política de recuperação ambiental e de estimular o desenvolvimento sustentável da Bacia do Rio Doce. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de agosto de 2011.

Rosângela Reis, Presidente.

## **ATA DA 9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 17/8/2011**

Às 10h15min, comparece na Câmara Municipal de Caldas o Deputado Célio Moreira, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A Presidência informa que a reunião se destina a discutir o envenenamento e morte de cães, gatos



e pássaros na Capital e no interior do Estado. A Presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Edinalva Castro, defensora dos animais em Poços de Caldas; e os Srs. Jonathas Carlos Galdino, Secretário Municipal de Meio Ambiente e Agropecuária de Caldas, representando o Sr. Hugo Camacho Claros Júnior, Prefeito desse Município; Francisco Chavier Faria Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Caldas; Sgt. Reinaldo Martins Bazilio, representando o Cel. PM Sérgio Augusto Veloso Brasil, Diretor de Meio Ambiente e Trânsito da PMMG; Bergson Cardoso Guimarães, Coordenador Regional das Promotorias de Justiça de Meio Ambiente da Bacia do Rio Grande, representando o Sr. Luciano Luz Badini Martins, Coordenador do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação; Marcos Vinícius Buza Lorena, Fiscal-Geral do Município de Santa Rita de Caldas, representando o Sr. Geraldo Donizeti de Carvalho, Prefeito desse Município; Carlos Eduardo Galhardi de Tommaso, Delegado de Polícia Civil do Município de Caldas; Pe. Rogério Cruz, Presidente da Associação Vivacão; e o Reverendo Ismael Hurtado, da Igreja Anglicana, que são convidados a tomar assento à mesa. O Presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Célio Moreira, Presidente - Gustavo Corrêa - Sávio Souza Cruz.



## ORDENS DO DIA

### ORDEM DO DIA DA 69ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA A REALIZAR-SE EM 24/8/2011

#### 1ª Parte

##### 1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

##### 2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

#### 2ª Parte (Ordem do Dia)

##### 1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação do Requerimento nº 1.002/2011, da Comissão de Transporte, em que solicita seja encaminhado ao DER-MG pedido de providências para que seja remetida a esta Casa cópia do relatório de fiscalização do transporte coletivo rodoviário na Região Metropolitana de Belo Horizonte sob jurisdição desse órgão. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.095/2011, do Deputado Rogério Correia, em que solicita seja encaminhado à Cemig pedido de informações sobre as vilas da Região Metropolitana de Belo Horizonte que não possuem rede de energia elétrica. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.106/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Seplag pedido de informações sobre os impactos na economia mineira e na região de Ouro Preto caso a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., instalada nesse Município, seja fechada. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 1.109/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado ao BDMG pedido de cópia dos contratos e acordos selados entre a instituição financeira e a empresa Novelis do Brasil Ltda. e do relatório dos investimentos e empréstimos que o BDMG tenha contratado com a referida empresa. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 1.110/2011, da Comissão do Trabalho, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Fazenda pedido de informações sobre os relatórios das receitas diretas e indiretas que a unidade da empresa Novelis do Brasil Ltda., em Ouro Preto, gera para o Estado, dos incentivos dados pelo Estado à referida empresa e das dívidas dessa empresa com o Estado. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

#### 2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto e pela rejeição da Emenda nº 1.



Votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

## **ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 375/2011, do Deputado Célio Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.933/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 19ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 1.326/2011, da Deputada Ana Maria Resende.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 1.947/2011, do Deputado Luiz Henrique.

Requerimentos nºs 1.304/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.317/2011, do Deputado Hely Tarquínio; 1.328/2011, do Deputado Bruno Siqueira; e 1.331/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos nºs 1.307/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; 1.339/2011, do Deputado Pompílio Canavez.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 2º turno: Projetos de Lei nºs 692/2011, do Deputado Arlen Santiago; 1.220/2011, do Deputado Leonardo Moreira.





Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:  
Requerimentos n.ºs 1.314/2011, do Deputado Delvito Alves; 1.316/2011, do Deputado Elismar Prado; 1.334/2011, do Deputado Duarte Bechir; 1.335/2011, do Deputado Duílio de Castro; 1.357 e 1.359/2011, do Deputado Bosco.  
Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 12ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10H30MIN DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 1.121/2011, do Deputado Leonardo Moreira.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento n.º 1.362/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Finalidade: debater o Projeto de Resolução n.º 513/2011, em tramitação nesta Casa, e a situação de militares que tiveram o pedido de auxílio-invalidez indeferidos pela Polícia Militar e pelo Corpo de Bombeiros Militar do Estado.

Convidados: Cel. PM Renato Vieira de Souza, Comandante-Geral de Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. BM Sílvio Antônio de Oliveira Melo, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros; Manuel Maurício Gonçalves, Presidente do Conselho Regional de Medicina de Minas Gerais; Rodrigo Filgueira de Oliveira, Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado; Cel. PM Juarez Nazareth, Diretor de Recursos Humanos da Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. PM Edvaldo Piccinini Teixeira, Presidente do Clube dos Oficiais da Polícia Militar e Corpo de Bombeiro Militar do Estado de Minas Gerais; Ten.-Cel. QOS PM Eduardo Sadi Henriques, Presidente da Junta Central de Saúde da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais; Subtenente. PM Raimundo Nonato Menezes Araújo, Presidente da Associação dos Praças Policiais e Bombeiros Militares de Minas Gerais; 2º-Sgt. PM Valéria Evelini Monteiro Machado, Presidente da Associação das Mulheres Profissionais de Segurança Pública; Sgt. BM Alexandre Rodrigues, Presidente da Associação dos Servidores do Corpo de Bombeiros e Polícia Militar de Minas Gerais; Cb. BM Álvaro Rodrigues Coelho, Presidente do Centro Social dos Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei Complementar n.º 8/2011, do Tribunal de Contas (sobre emendas); Projetos de Lei n.ºs 88/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 330/2011, do Deputado Elismar Prado; 687/2011, do Deputado Arlen Santiago; 765/2011, do Deputado Wander Borges; 797/2011, do Deputado Carlos Pimenta; 858/2011, do Deputado João Leite; 955/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 1.012, 1.024, 1.069, 1.119 e 1.120/2011, do Deputado Leonardo Moreira; 1.211/2011, do Deputado Gustavo Valadares; 2.111/2011, do Deputado Sebastião Costa.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 1.308/2011, do Deputado Juninho Araújo.

No 1º turno: Projeto de Lei n.º 1.350/2011, do Deputado Durval Ângelo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n.º 522/2011, do Deputado Antônio Júlio.

Requerimentos n.ºs 1.315/2011, do Deputado Duarte Bechir, e 1.358/2011, do Deputado Bosco.



Finalidade: debater, em audiência pública, a viabilidade da instalação de um polo industrial voltado para a confecção de bolsas e similares na Região Metropolitana de Belo Horizonte e da criação de um programa de formação de mão de obra para o setor. Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE POLÍTICA AGROPECUÁRIA E AGROINDUSTRIAL NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.150/2011, do Deputado João Leite; 1.931, 1.932 e 1.934/2011, do Deputado Duarte Bechir.

Requerimento nº 1.324/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

## **ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CULTURA NA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 24/8/2011**

### **1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

### **2ª Parte (Ordem do Dia)**

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 431/2011, do Deputado Sargento Rodrigues; 1.922/2011, do Deputado Neilando Pimenta; 1.963/2011, do Deputado Duarte Bechir; e 1.945/2011, do Deputado Carlos Mosconi.

Requerimentos nºs 1.306/2011, do Deputado Celinho do Sinttrocel; e 1.311/2011, do Deputado Rômulo Veneroso.

Discussão e votação de proposições da Comissão.



## **EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO**

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa**

O Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 9 horas do dia 24 de agosto de 2011, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres e requerimentos; e na 2ª Fase, à apreciação dos Projetos de Lei nºs 577/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pompéu os imóveis que especifica; 578/2011, do Deputado Gustavo Perrella, que autoriza o Poder Executivo a fazer reverter ao Município de Pompéu o imóvel que especifica; 2.123/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências; e 2.124/2011, do Governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 23 de agosto de 2011.

Dinis Pinheiro, Presidente.

### **EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

#### **Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Doutor Viana, Antônio Júlio, Gustavo Perrella, João Vítor Xavier, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2011, às 10h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de colher subsídios para apreciação do Projeto de Lei nº 1.271/2011, que dispõe sobre a política de estímulo à cidadania fiscal do Estado de Minas Gerais, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Zé Maia, Presidente.



## EDITAL DE CONVOCAÇÃO

### Reunião Extraordinária da Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo

Nos termos regimentais, convoco os Deputados Dalmo Ribeiro Silva, Rômulo Viegas, Ulysses Gomes e Vanderlei Miranda, membros da supracitada Comissão, para a reunião a ser realizada em 24/8/2011, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei nº 866/2011, do Deputado Sebastião Costa, e do Projeto de Lei nº 1.207/2011, do Deputado Gustavo Valadares, de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 925/2011, do Deputado Gustavo Corrêa, de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 1.297/2011, do Deputado Jayro Lessa, 1.299/2011, do Deputado Délio Malheiros, 1.319/2011, do Deputado Rômulo Veneroso, 1.322, 1.323, 1.325 e 1.327/2011, do Deputado Antônio Carlos Arantes, 1.333/2011, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1.338/2011, do Deputado Neilando Pimenta, 1.300, 1.364 e 1.365/2011, do Deputado Doutor Viana, e de discutir e votar proposições da Comissão.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Tenente Lúcio, Presidente.



## TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 584/2011

#### Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social Relatório

De autoria do Deputado Elismar Prado, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação Beneficente Atalaia – ABA –, com sede no Município de Ipatinga.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 584/2011 tem por objetivo seja declarada de utilidade pública a Associação Beneficente Atalaia – ABA –, com sede no Município de Ipatinga, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como escopo organizar a atuação social da comunidade em que está sediada, promovendo a formação social e cidadã de seus moradores.

Com esse propósito, a instituição incentiva a participação de seus assistidos em cursos, debates, palestras e outros eventos, defende o acesso de todos à cultura e à convivência comunitária e familiar, mantém creche e orfanato e difunde as tradições e os hábitos ligados à cultura da comunidade. Além disso, estimula o lazer, a cultura e o convívio social, auxilia nos serviços de defesa civil sempre que necessário e promove valores universais como ética, dignidade, respeito e liberdade.

Tendo em vista o relevante trabalho social da Associação Beneficente Atalaia, em prol da plena cidadania de seus assistidos, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

#### Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 584/2011, em turno único.

Sala das Comissões, 24 de agosto de 2011.

Rosângela Reis, relatora.

### PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.932/2011

#### Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial Relatório

De autoria do Deputado Duarte Bechir, o projeto de lei em epígrafe visa declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha.

A proposição foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada. Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a matéria, conforme preceitua o art. 103, I, “a”, do Regimento Interno.

#### Fundamentação

O Projeto de Lei nº 1.932/2011 tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, com sede no Município de Ressaquinha, que tem por escopo contribuir para o fomento e a racionalização das explorações agropecuárias com vistas à melhoria das condições de vida de seus associados.

Com esse propósito, a instituição ampara famílias em situação de vulnerabilidade, combatendo a fome e a pobreza; congrega os agricultores locais na busca de facilidades na aquisição de insumos e matéria-prima e na comercialização de sua produção; promove a industrialização caseira de alimentos para incrementar a renda familiar; presta serviço de radiodifusão comunitária; realiza exposições, feiras, leilões e outros eventos ligados à atividade agropecuária; desenvolve atividades culturais e esportivas; protege a



saúde da família, da maternidade, da infância e da velhice; oferece assistência médica, odontológica, jurídica, recreativa e educacional.

Tendo em vista o relevante trabalho social desenvolvido pela Associação dos Produtores Rurais e Urbanos do Município de Ressaquinha, consideramos meritória a intenção de lhe conceder o título de utilidade pública.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.932/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Doutor Viana, relator.

### **PARECER PARA TURNO ÚNICO DO PROJETO DE LEI Nº 1.945/2011**

#### **Comissão de Cultura**

##### **Relatório**

De autoria do Deputado Carlos Mosconi, o projeto de lei em epígrafe tem por objetivo declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Mato Dentro Professora Hilza Dias de Carvalho, com sede no Município de Piranguinho.

A matéria foi examinada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma apresentada.

Cabe agora a este órgão colegiado deliberar conclusivamente sobre a proposição, conforme preceitua o art. 103, I, "a", do Regimento Interno.

#### **Fundamentação**

O Projeto de Lei nº 1.945/2011 pretende declarar de utilidade pública a Associação dos Amigos e Moradores do Bairro Mato Dentro Professora Hilza Dias de Carvalho, com sede no Município de Piranguinho, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, que tem como propósito promover atividades sociais, culturais e desportivas; cultivar a cordialidade entre seus moradores; e zelar pela melhoria das condições de vida e pelo embelezamento do Bairro Mato Dentro.

Diante do relevante trabalho realizado em prol da cidadania dos moradores da região, consideramos meritória a iniciativa de se outorgar o título de utilidade pública à referida Associação.

#### **Conclusão**

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.945/2011, em turno único, na forma apresentada.

Sala das Comissões, 23 de agosto de 2011.

Rômulo Veneroso, relator.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 30/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 30/2011, de autoria do Deputado Elismar Prado, que declara de utilidade pública o Centro Comunitário Primeiro de Maio, com sede no Município de Ponte Nova, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI Nº 30/2011**

Declara de utilidade pública o Centro Comunitário Primeiro de Maio, com sede no Município de Ponte Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário Primeiro de Maio, com sede no Município de Ponte Nova.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Luiz Henrique.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 703/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 703/2011, de autoria do Deputado Arlen Santiago, que declara de utilidade pública a Associação dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas, com sede no Município de Montes Claros, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

#### **PROJETO DE LEI Nº 703/2011**

Declara de utilidade pública a Associação dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas Gerais, com sede no Município de Montes Claros.



A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Agentes de Segurança do Sistema Prisional e Socioeducativo do Norte de Minas Gerais, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente – Ana Maria Resende, relatora – Luiz Henrique.

## **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 856/2011**

### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 856/2011, de autoria do Deputado Inácio Franco, que declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Pirapora, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI nº 856/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Pirapora.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Regional de Proteção Ambiental – Arpa –, com sede no Município de Pirapora.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Fred Costa - Luiz Henrique.

## **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.311/2011**

### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.311/2011, de autoria do Deputado Adelmo Carneiro Leão, que declara de utilidade pública a Associação para Preservação da Natureza Grupo Ecológico Geração Verde, com sede no Município de Uberaba, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.311/2011**

Declara de utilidade pública a Associação para a Preservação da Natureza – Grupo Ecológico Geração Verde, com sede no Município de Uberaba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação para a Preservação da Natureza – Grupo Ecológico Geração Verde, com sede no Município de Uberaba.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Fred Costa - Luiz Henrique.

## **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.316/2011**

### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.316/2011, de autoria do Deputado Dilzon Melo, que declara de utilidade pública a associação Juventude Esportiva Nova Era – Jene –, com sede no Município de Boa Esperança, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.316/2011**

Declara de utilidade pública a entidade Juventude Esportiva Nova Era – Jene –, com sede no Município de Boa Esperança.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Juventude Esportiva Nova Era – Jene –, com sede no Município de Boa Esperança.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Luiz Henrique.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.474/2011****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.474/2011, de autoria do Deputado Tiago Ulisses, que declara de utilidade pública o Clube Vetebraz – Veteranos de Brazópolis F.C. –, com sede no Município de Brazópolis, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 1.474/2011**

Declara de utilidade pública o Clube Vetebraz – Veteranos de Brazópolis F.C. –, com sede no Município de Brazópolis.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Clube Vetebraz – Veteranos de Brazópolis F.C. –, com sede no Município de Brazópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique relator - Ana Maria Resende.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.509/2011****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.509/2011, de autoria do Deputado Duarte Bechir, que declara de utilidade pública a Associação Independente Esporte Clube, com sede no Município de Ouro Branco, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 1.509/2011**

Declara de utilidade pública o Independente Esporte Clube, com sede no Município de Ouro Branco.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Independente Esporte Clube, com sede no Município de Ouro Branco.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Ana Maria Resende, Presidente e relatora - Duarte Bechir - Luiz Henrique.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.514/2011****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.514/2011, de autoria do Deputado Hely Tarquínio, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental de Patos de Minas – Aspaa –, com sede no Município de Patos de Minas, foi aprovado em turno único, com a Emenda nº 1.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

**PROJETO DE LEI Nº 1.514/2011**

Declara de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental – Aspaa –, com sede no Município de Patos de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Proteção Animal e Ambiental – Aspaa –, com sede no Município de Patos de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Gilberto Abramo, relator - Fred Costa - Luiz Henrique.

**PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.521/2011****Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.521/2011, de autoria do Deputado João Leite, que declara de utilidade pública a Associação Desportiva Juventude Futebol Clube, com sede no Município de Barbacena, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.



Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.521/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Desportiva Juventude Futebol Clube, com sede no Município de Barbacena.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Desportiva Juventude Futebol Clube, com sede no Município de Barbacena.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Luiz Henrique.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.534/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.534/2011, de autoria do Deputado Neider Moreira, que declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Itaguara – AOI –, no Município de Itaguara, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.534/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Itaguara – AOI –, com sede no Município de Itaguara.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Orquidófila de Itaguara – AOI –, com sede no Município de Itaguara.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Fred Costa, relator - Gilberto Abramo - Luiz Henrique.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.541/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.541/2011, de autoria do Deputado Sargento Rodrigues, que declara de utilidade pública a Associação Esportiva Suzana, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.541/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Esportiva Suzana, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Esportiva Suzana, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Ana Maria Resende, relatora - Luiz Henrique.

### **PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.629/2011**

#### **Comissão de Redação**

O Projeto de Lei nº 1.629/2011, de autoria do Deputado Rogério Correia, que declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Congonhas, com sede nesse Município, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### **PROJETO DE LEI Nº 1.629/2011**

Declara de utilidade pública a Associação Orquidófila de Congonhas, com sede no Município de Congonhas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Orquidófila de Congonhas, com sede no Município de Congonhas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 3 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Fred Costa - Gilberto Abramo.



## PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.707/2011

### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.707/2011, de autoria do Deputado Célio Moreira, que declara de utilidade pública o Dias Fort Futebol Clube, com sede no Município de Sabará, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 1.707/2011

Declara de utilidade pública o Dias Fort Futebol Clube, com sede no Município de Sabará.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Dias Fort Futebol Clube, com sede no Município de Sabará.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Ana Maria Resende.

## PARECER DE REDAÇÃO FINAL DO PROJETO DE LEI Nº 1.840/2011

### Comissão de Redação

O Projeto de Lei nº 1.840/2011, de autoria do Deputado Anselmo José Domingos, que declara de utilidade pública a Associação de Futebol Feminino de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte, foi aprovado em turno único, na forma original.

Vem agora o projeto a esta Comissão, a fim de que, segundo a técnica legislativa, seja dada à matéria a forma adequada, nos termos do § 1º do art. 268 do Regimento Interno.

Assim sendo, opinamos por se dar à proposição a seguinte redação final, que está de acordo com o aprovado.

### PROJETO DE LEI Nº 1.840/2011

Declara de utilidade pública a Associação de Futebol Feminino de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Futebol Feminino de Minas Gerais, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 17 de agosto de 2011.

Duarte Bechir, Presidente - Luiz Henrique, relator - Ana Maria Resende.



## PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

### 66ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

#### Discursos Proferidos em 17/8/2011

O Deputado Vanderlei Miranda\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, profissionais da imprensa, servidoras e servidores, pessoas que nos acompanham das suas casas através da TV Assembleia.

Faz alguns meses que não uso esta tribuna, Sr. Presidente, e o faço, nesta tarde, em defesa de valores inegociáveis e inarredáveis, que são os valores da família. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, sei que V. Exa. tem também como prioridade na sua atividade parlamentar a defesa dos valores familiares.

É sabido, por parte da maioria das pessoas, que estão tentando exibir no Brasil um filme cujo título é “Terror sem Limites”. Gostaria muito da atenção dos Srs. Deputados, principalmente dos que prezam os valores familiares, que são contra a pedofilia em nosso país, os que têm a responsabilidade de, nos parlamentos, lutar contra qualquer tipo de agressão às famílias e às crianças do nosso país. Falo isso não somente a este Parlamento, mas àqueles que neste momento acompanham minha fala de suas casas.

Esse filme já foi proibido em outros países e agora chega ao Brasil. Foi exibido para um seletivo grupo avaliar o seu conteúdo, mas poderia dizer, Deputado Pompílio Canavez, que eu não precisaria ver um minuto desse filme para saber que o que temos diante de nós não é uma obra cinematográfica, mas um verdadeiro incentivo à violência e, principalmente, a um dos crimes mais hediondos que pode existir no País, a pedofilia.

É sabido que essa empresa, Serbian Film, tenta fazer com que nas salas de cinema de todo o Brasil seja exibido um filme de cujo conteúdo darei um resumo aos senhores. Creio que não estarei trazendo nenhuma novidade porque, bem-informados que são, os senhores e as senhoras já tiveram acesso a esse conteúdo. Mas eis aqui uma síntese, uma sinopse do que trata o filme “A Serbian Film - Terror sem Limites”, Deputado Délio Malheiros. V. Exa., como Deputado e versado em leis, como advogado que é, entende perfeitamente que o que se está tentando exibir no Brasil é uma afronta à moral, à família, às crianças. Não tem outro objetivo, no meu entendimento, a não ser o de agradar aos pedófilos do nosso país.





Diria desta tribuna, sem medo de errar, sem medo de qualquer reação do público, que quem assistir a um filme como esse está declarando o seu gosto pela pedofilia. Nele, Deputado João Leite, um homem segura um recém-nascido e, com violência, dele abusa sexualmente. Mesmo com estridentes gritos de dor do bebê, a imagem do terror acontece sob o olhar permissivo e contentador da mãe. É a esse tipo de cena de violência, sexo explícito, pedofilia e necrofilia, sexo com cadáver, que os espectadores do filme sérvio “A Serbian Film - Terror sem Limites” estão expostos. E mais: agressão verbal e não verbal em ambiente familiar, obscenidade, nudez, erotização, cultura familiar deturpada, banalização do homem, aversão à dignidade sexual, agonia, incesto, assassinato, estupro, enfim, todo tipo de violência. Será que a sociedade não sabe que, biblicamente, o corpo é templo do Espírito Santo de Deus? Qual é a proposta de levar para as salas de cinema do nosso país um lixo como esse, que já foi proibido em outros países e, graças a Deus, por ação do Ministério Público Federal de Minas Gerais, foi proibido aqui? Mas pode ser que essa proibição seja derrubada.

Ficam aqui as minhas palavras e o meu alerta à sociedade. Vamos dizer “não” a esse lixo que estão querendo colocar nas nossas salas de cinema, que só atende a um tipo de público - e, mais uma vez, repito sem medo -, aqueles que têm gosto pela pedofilia. Convenhamos, um filme que tem uma cena de recém-nascido sendo abusado... É caso de prender o produtor e toda a sua equipe, porque isso é um absurdo.

Concedo aparte ao Deputado João Leite e, depois, aos outros Deputados que estão aguardando. O nosso tempo é pouco. Creio que a discussão desse assunto poderia se estender por 1 ou 2 horas.

O Deputado João Leite (em aparte) - Obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Ainda bem que V. Exa. não falou dos maiores ou mínimos detalhes desse filme, que deve ser banido do nosso país. É interessante, Deputado, porque uma coisa ultrapassada, retrógrada, conservadora e antiga é essa tentativa de desmanchar a civilização. Isso ocorreu na Mesopotâmia, no tempo em que recém-nascidos eram sacrificados, atitude aceita pela sociedade. Depois, Sodoma e Gomorra. Vimos Roma se acabar por conta disso. A civilização foi criada especialmente pelo cristianismo. Foi referendado na Declaração Universal dos Direitos Humanos que a civilização está apoiada pela família. A nossa Constituição diz que a família tem especial proteção do Estado, do Estado como um todo, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Todos devem proteger a família, que é o alicerce, a base da civilização. Se permitirmos que a família seja atacada dessa maneira, que as crianças não tenham proteção, se permitirmos a pedofilia e o sacrifício de crianças, estaremos desmanchando essa família. Vemos aqui o engenheiro e Deputado Rômulo Viegas. Talvez depois ele diga melhor a todos nós que, se tirarmos a base, o edifício não ficará de pé.

Parabéns, Deputado Vanderlei Miranda. V. Exa. tem nosso apoio, e a família a nossa proteção.

O Deputado Vanderlei Miranda\* - Muito obrigado, Deputado João Leite. Antes de passar a palavra ao nobre colega Deputado Rômulo Viegas, lerei mais um resumo sobre a história dessa peça diabólica chamada “A Serbian Film - Terror sem Limites”. (- Lê:)

“O filme retrata a história de um ex-ator pornográfico que recebe proposta para atuar numa produção de valor financeiro significativo e vitalício para toda a vida, sendo que uma das cláusulas do contrato é não saber o conteúdo do filme. O protagonista, personagem principal, aceita a proposta e se vê dentro de uma armadilha em que ele, a esposa e o filho são brutalmente envolvidos nessa trama macabra.

No dia 29 de julho, o Ministério da Justiça, sob apelo do Ministério Público de Minas Gerais, vetou a exibição do filme em todas as salas de cinema públicas do País onde é permitido o pagamento de ingressos. O apelo realizado pelo Ministério Público de Minas Gerais pediu a proibição da exibição e veiculação imediata do filme em todo o território nacional, a suspensão da análise da classificação indicativa do filme até que o Poder Executivo ou o STJ se manifestem sobre o tema. Vale ressaltar que o Estado do Rio de Janeiro já se posicionou sobre o assunto e, por meio de liminar local, proibiu a veiculação de ‘A Serbian Film - Terror sem Limites’, que entraria em cartaz na última sexta-feira, 5 de agosto”.

Portanto, no Rio de Janeiro já não é permitida a exibição do filme, mas precisamos mais que isso. De uma vez por todas, precisamos cortar esse mal pela raiz. Mais uma vez, parabéns ao Ministério Público de Minas Gerais, que dá mostras de responsabilidade e de respeito aos valores familiares e, principalmente, às crianças do nosso país.

O Deputado Rômulo Viegas (em aparte)\* - Muito obrigado, Deputado Vanderlei Miranda. Como sempre, V. Exa. traz seu pronunciamento, sua determinação para o resgate do ambiente familiar. Essa questão nos faz refletir sobre o conceito de limite das nossas ações para que respeitemos o próximo. Devemos ter muito cuidado com o excesso de liberdade que se tem em vários segmentos da nossa sociedade. Li uma matéria sobre o filme e fiquei deveras chocado, com meus 57 anos de vida e 41 de casado, com duas filhas. Realmente, fiquei impressionado. Acho que o pronunciamento de V. Exa. vem em boa hora. Espero que o Ministério Público de Minas tenha pulso firme nessa questão, porque o limite, bem-conceituado nas origens da matemática, do cálculo, serve para aproximar equações que nos dão prazer na vida, pois encontram soluções dentro da ciência. No entanto, não devemos ultrapassar o limite daquilo que delimita o respeito ao próximo, que é o que está acontecendo em várias ações da nossa sociedade. Como bem disse o Deputado João Leite, voltaremos no tempo. Voltaremos para a idade das cavernas, em que não há identidade entre relação sexual nos ambientes familiares, entre a relação de ser com o próximo. Isso realmente é lamentável. Devemos estar firmes na denúncia para que as coisas melhorem, senão regrediremos no tempo e caminharemos para o período das cavernas. Parabéns pelo pronunciamento.

O Deputado Dalmo Ribeiro Silva (em aparte) - Serei muito rápido, somente para parabenizá-lo. Realmente, V. Exa. tem razão ao iniciar sua fala declarando que a família é insubstituível, é a “cellula mater” da sociedade. É nessa esteira de pensamento que parabenizo V. Exa. ao fazer essa reflexão tão importante para nós: valores morais insubstituíveis que cada um de nós tem dentro de seu conteúdo, de sua família e de sua origem. Então eu me associo a V. Exa., parabenizando também o Ministério Público, conforme manifesta V. Exa., e certamente o povo mineiro, que jamais assistirá a esse triste filme que vem nortear os princípios maiores da família mineira. Parabéns!

O Deputado Vanderlei Miranda\* - Muito obrigado, Deputado Dalmo Ribeiro Silva. Para finalizar, Sr. Presidente, quero dizer que o título desse filme deveria ser mudado de “Terror sem Limites” para “Desrespeito sem Limites”, porque essa é uma verdadeira falta de respeito para com o nosso povo e o País, a nossa sociedade, as nossas famílias e especialmente as nossas crianças. Tentem imaginar a



cena de um pai abusando de uma criança recém-nascida. Não preciso ver nem 30 segundos desse filme para dizer que ele só atende a um tipo de gosto, àqueles que têm gosto pela pedofilia. Na verdade, quem se dá ao trabalho ou reserva tempo para assistir a esse filme está mostrando o seu lado pedófilo. Quero deixar uma mensagem para aqueles que estão em casa e acompanham agora os nossos trabalhos. Por favor, entrem no “site” da Assembleia, do Senado da República e da Câmara dos Deputados e enviem para todos os Deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais e da Câmara Federal e os Senadores “e-mails” com uma frase bem simples: “Diga não à exibição do filme ‘Terror sem Limites’” ou “Sou contra a exibição desse lixo no meu país”. Mobilize-se, pois a sociedade mobilizada já mostrou que pode mudar qualquer situação. Portanto fica aqui o meu apelo e as minhas palavras agradecendo ao Presidente e aos Deputados que me apartearam.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Délio Malheiros - Sr. Presidente, Deputados, colegas da Assembleia, servidores da Casa, meus amigos e telespectadores que nos assistem pela TV Assembleia; estamos passando, Deputado Doutor Viana, por um momento muito crítico na defesa do consumidor e assistindo em Minas Gerais ao que não acontecia desde 1986, quando atendi pela primeira vez um consumidor no Procon. Falo aqui sobre a falta de combustíveis nos postos, especialmente da gasolina. Deputado Vanderlei Miranda, isso está ocorrendo por um problema ainda não explicado. Dizem alguns que é a reforma da Regap. Chamo a atenção da Bancada do PT porque a informação que temos é outra, ou seja, de que houve um acidente sério dentro da Regap e que isso está sendo abafado. A pretexto de camuflar esse acidente, estão dizendo que é reforma da Regap. Isso está causando um problema e um transtorno enorme para os consumidores, porque a especulação já está batendo às nossas portas ou nos tanques de combustíveis. Com a falta do produto, os espertalhões estão pondo os preços que bem entendem. A gasolina já ultrapassou R\$3,00 em Minas Gerais. E as regiões que mais estão sofrendo, Deputada Maria Tereza Lara, são as mais pobres, como o Norte de Minas e o Vale do Jequitinhonha. Isso porque as únicas duas opções de abastecimento dos postos são agora Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, ou Paulínia, em São Paulo. Na região da minha querida Itamarandiba, o preço do combustível já está a R\$3,40. Onde isso vai parar? Seja um acidente na Regap, seja na reforma da refinaria, assistimos a um desrespeito com Minas Gerais muito grande. Não avisaram, não montaram um plano de contingência, não comunicaram ao mercado, e nós estamos sem combustível em muitos postos, especialmente naqueles que não são vinculados a alguma bandeira. Os outros postos têm de buscar combustível em São Paulo e no Rio de Janeiro e, evidentemente, o custo desse transporte está sendo repassado para os consumidores.

Portanto é preciso que fiquemos atentos a esse problema. Amanhã realizaremos uma audiência pública, junto com meu guerreiro Deputado Duílio de Castro, às 10 horas, na Comissão de Defesa do Consumidor, para tratar desse assunto, a fim de discutir essa matéria de extrema importância. Ninguém neste país imaginava que um dia um litro de combustível passasse a valer US\$2,00. O preço histórico da gasolina do Brasil era de US\$0,80. Ele agora está a US\$2,00. Vejam V. Exas. que isso pode elevar o índice de inflação, pode causar transtorno para os profissionais do volante, como os taxistas. O transporte de mercadoria ficará afetado e, conseqüentemente, o preço dos produtos na mesa do consumidor. Portanto se trata de uma situação tão séria que não está sendo devidamente tratada pela ANP, pela Petrobras, pela própria Regap. Ninguém veio a público explicar corretamente o que está acontecendo, se foi um acidente grave dentro da refinaria, se é uma reforma, de fato, enfim, o que está acontecendo.

A Deputada Maria Tereza Lara (em aparte)\* - Deputado Délio Malheiros, cumprimento-o por essa iniciativa. É papel desta Casa realizar o debate, oferecer informações, inclusive da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte, com a qual V. Exa. tem esse compromisso. Também tomei conhecimento da audiência e verifiquei a lista dos convidados. A informação que tenho, Deputado - aliás até o Deputado Carlin Moura confirmou, porque ele já trabalhou naquela instituição -, é que há realmente uma parada técnica na empresa. Pelas informações que obtive daquela empresa, isso é o que foi divulgado; o que talvez não tenha sido de forma suficiente. Então espero que amanhã compareça aqui o representante da Regap para esclarecer publicamente os fatos, porque essa parada técnica traz, de fato, tais conseqüências. Então, com isso teremos mais informações para a população, até mesmo sobre o tempo, como e quando essa situação será superada. A Regap fica localizada em Betim, cidade onde moro há mais de 40 anos. Temos acompanhado e sabemos da importância de tal empresa, não só para a cidade de Betim mas para todo o Estado de Minas Gerais. Tanto que estamos acompanhando e queremos que ela seja ampliada, que haja mais recursos aqui, o que nós também defendemos. Trata-se de um patrimônio nosso. Sabemos quanto de ICMS a Petrobras gera para o Estado e para o nosso Município. Então é uma das maiores empresas daquele Município, junto com a Fiat. O momento é apropriado, e, na nossa avaliação, pelas informações que obtivemos da própria Petrobras, o motivo é mesmo a reforma. Precisamos valorizar a empresa cada vez mais, porém obter mais informações e cobrar esclarecimentos, pois esse é o verdadeiro papel desta Casa.

O Deputado Délio Malheiros - Muito obrigado, Deputada. Concedo aparte ao Deputado Duílio de Castro.

O Deputado Duílio de Castro (em aparte) - Muito obrigado, Deputado, competente Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte. Esse é um assunto que Minas Gerais tem de conhecer. Recentemente eu falava sobre isso na Comissão, quando aprovávamos requerimento de autoria de V. Exa. Voltando de Sete lagoas, vi uma placa na estrada com os dizeres: “Temos gasolina”. A que ponto nós chegamos no Brasil! É como se fosse um produto escasso. O Brasil está trabalhando e pregando que até 2016 estaremos entre um dos maiores exportadores de petróleo do mundo. Estamos fazendo com que haja escassez de um produto.

E agora nos deparamos com a Petrobras, por meio da Regap, informando que interrompeu o funcionamento dos equipamentos para manutenção. Trata-se de uma manutenção preventiva que se faz a cada cinco anos. Vimos também a Petrobras anunciar o seu lucro semestral de R\$22.000.000.000,00. E nos perguntamos: cadê o compromisso com a Regap, que trabalha no limite da sua capacidade, que, no momento em que tem de parar um equipamento para dar manutenção, provoca grande transtorno para a população e para os clientes dos postos de gasolina, que têm de ir ao Rio de Janeiro, a São Paulo e a Uberlândia para buscar um produto que, com certeza, movimentou nosso país e Minas Gerais?

Há pouco tempo, o Presidente da Petrobras retirou investimentos em Minas Gerais, por meio do polo acrílico de Ibitiré. E vemos mais um problema: falta de investimentos para ampliação da produção da Regap. Isso mostra a falta de compromisso do governo



federal com Minas Gerais. Os mineiros precisam conhecer esses dados que V. Exa. nos traz para que vejam que o compromisso feito nas eleições muitas vezes não é cumprido na prática. Obrigado pelo aparte.

O Deputado Délio Malheiros - Obrigado. Sr. Presidente. Quero também falar de outro assunto, envolvendo o governo federal, que diz respeito ao Denatran. Ao ouvirmos alguma notícia no Brasil acerca do Denatran, temos de desconfiar. Trata-se de um órgão do governo federal, hoje vinculado ao Ministério das Cidades, que, todas as vezes em que baixa uma resolução, beneficia um grupo econômico e não o consumidor.

Em determinado momento, o Denatran baixou uma resolução para tornar obrigatória a instalação de equipamentos de satélite em todos os veículos. Ingressamos com uma ação na Justiça Federal e interrompemos prematuramente essa pretensão descabida e desarrazoada do Denatran de trazer mais um custo e nenhum benefício para o consumidor.

Desta vez, Deputado Antônio Júlio, falo de outra medida. O Denatran baixou a Resolução nº 363, pela qual, a partir de 1º de outubro, todos os motoristas que quiserem transferir os pontos para o real condutor que cometeu uma infração de trânsito terão de ir, junto ao proprietário do veículo, a um cartório para fazer uma autenticação pessoal no momento das assinaturas da transferência. E não param por aí os gastos. Terão também de encaminhar toda a documentação autenticada, uma a uma - identidade e CNH dos dois e CRV do veículo -, para a transferência dos pontos. Uma despesa que alcançará aproximadamente R\$50,00. E dessa vez o beneficiado foi, evidentemente, o setor de cartórios.

O Denatran, ao baixar essa resolução, jogou todos os consumidores, fraudadores ou não, na mesma vala. O Denatran diz que o objetivo é evitar fraudes. Se existem fraudes, chamem a polícia. Se alguém está transferindo pontos para motorista que não estava ao volante, chamem a polícia. O Detran tem as assinaturas, que poderiam ser conferidas. Qual a razão de se obrigar a tirar cópia autenticada de todos os documentos? De fazer com que o motorista correto e honesto, que às vezes tem dois, três motoristas que dirigem seu veículo, tenha de ir a um cartório ou ir junto com o motorista infrator pessoalmente a um órgão de trânsito? É isso que está na resolução. Consequentemente isso gerará uma arrecadação fenomenal para os que vão receber pela autenticação dos documentos e pela chancela das assinaturas.

Não podemos aceitar essa situação. Portanto, essa é a razão que nos leva a ingressar mais uma vez com uma ação civil pública na Justiça Federal contra essa nova resolução do Denatran que beneficia um segmento da sociedade em detrimento de 54 milhões de proprietários de veículos no País. Não podemos aceitar isso.

Concedo aparte, rapidamente, à Deputada Liza Prado, em razão do tempo.

A Deputada Liza Prado (em aparte)\* - Deputado Délio Malheiros, quero cumprimentá-lo e dizer que vamos, mais uma vez, defendendo o consumidor, ser vitoriosos com essa ação civil pública. Na verdade, há uma mania de solucionar um problema criando outros.

Lembra-se da resolução que baixaram determinando a compra do “kit” de primeiros socorros? Não pegou; não funcionou. Imagine, então, o prejuízo que essa nova iniciativa vai dar aos consumidores! Alguém sempre tem de levar vantagem. Ontem, discutimos esse assunto na nossa Comissão e percebemos que Minas Gerais foi prejudicada mais uma vez, conforme o próprio Deputado levantou. Somos também prejudicados com uma diminuição na produção da gasolina, que faz sofrer a nossa região. Fato é que o governo federal tem de resolver a questão da gasolina.

Dou todo o meu apoio à sua ação e torço para termos uma decisão favorável, mas precisamos fazer com que o Brasil inteiro discuta essas resoluções que não vão vingar, que prejudicam o consumidor, que não funcionam e são arcaicas. É o mesmo que jogarmos fora a criança junto com a água suja da bacia. Ou seja, isso não resolve nada; apenas cria outro problema. Tenho certeza de que essa será uma ação vitoriosa, para o bem dos consumidores e consumidoras deste país.

O Deputado Délio Malheiros - Obrigado. Tenho certeza de que, com a companhia da Deputada Liza Prado, essa guerreira do consumidor, vamos empunhar essa bandeira contra as arbitrariedades do Denatran.

Gostaria ainda de agradecer aos colegas Deputados da Comissão de Administração Pública a aprovação do Projeto de Lei nº 898, de nossa autoria. Esse projeto, Deputado Doutor Viana, diz respeito à reserva de vagas nas contratações temporárias do Estado para os portadores de necessidades especiais. Temos uma regulamentação da lei federal pela qual se destinam 10% das vagas do concurso público para os portadores de necessidades especiais. Mas essa reserva ainda não se observa nas contratações temporárias, sendo que, em razão da dinâmica do setor público, só no Estado de Minas Gerais há aproximadamente 20 mil pessoas contratadas de forma temporária. Mas, nessas contratações, ainda não prestigiamos os portadores de necessidades especiais. Não sou partidário do sistema de cotas. Não acho que as coisas se resolvam por aí, mas, nesse caso, é uma questão de justiça, já que, por uma incorreção, a lei não fazia, para as contratações temporárias, a mesma reserva de vagas para portadores de necessidades que faz para os concursados.

Por fim, Sr. Presidente, fiquei muito satisfeito em uma reunião no Comando da Polícia Militar, quando se anunciou algo que já pregávamos há cinco anos: a Polícia Militar vai implantar um sistema de ocorrência por meio da internet, pois a população não aguenta mais esperar até 2 horas para lavrar uma ocorrência. Além disso, na lavratura está um policial que deveria estar fazendo o policiamento ostensivo nas ruas. Agora, o Estado adota, pela primeira vez no Brasil, a feitura da ocorrência pela internet. Parabéns à Polícia Militar. Tenho certeza absoluta de que esse será um projeto exitoso. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Antônio Júlio - Sr. Presidente, Srs. Deputados. Sras. Deputadas, vou aproveitar o pronunciamento do Deputado Délio Malheiros para também fazer algumas considerações sobre o Denatran, que tem tomado algumas medidas apenas para atender o interesse de alguns empresários. Há mais ou menos um ano, o Denatran obrigou os motociclistas a comprar um novo capacete ou a colocar uma fita adesiva no seu capacete, sob a alegação de segurança. Isso não deu em nada! Apenas beneficiou os empresários que fabricam capacetes e, principalmente, a indústria multinacional que vendeu as fitas refletivas, porque, na prática, a coisa não funcionou, da mesma forma que não funcionou o “kit” de primeiros socorros, de que se lembrou a Deputada Liza Prado. Esse foi o maior golpe que a população do Brasil recebeu de um órgão público - o Denatran -, que a obrigou a andar com esse “kit” - que inicialmente era comprado de poucos, depois apareceram os clandestinos e os piratas - apenas para justificar a sua compra. Não se



pretendia a sua utilização, até porque ele não tinha utilidade nenhuma. A mesma coisa aconteceu com a exigência das fitas refletoras nos capacetes, que também passaram a ter prazo de validade - outra coisa que não tem muita lógica.

Não tem lógica! O Denatran é um órgão que precisa passar por uma devassa pela Presidência da República, como está passando o Ministério dos Transportes. O Denatran é pior, porque tem o poder de baixar resoluções sem nenhuma participação do Congresso Nacional, que tem sido omissivo a tudo. O Denatran precisa ser um órgão muito forte. Com essa decisão a respeito da transferência de pontos da carteira, como fica a pessoa jurídica? Às vezes o carro está em nome da empresa e é preciso falar quem era o motorista que estava dirigindo. O funcionário terá que perder o dia de trabalho para ir lá fazer a documentação. Para que mandar cópia de documentos para o Detran? Certas coisas precisam ter explicação, e essa não tem. Talvez seja o "lobby" dos cartórios querendo arranjar mais uma forma de faturamento. Na lógica, nada disso resolve qualquer problema.

Aproveitei a fala do Deputado Délio para me manifestar contra esse órgão que só traz coisas ruins para o sistema. Eles não conseguem fazer nada de bom. Penso que a maioria das pessoas que compõem o Denatran não sabem dirigir carro, nunca andaram de moto, não sabem nem o que é moto. É preciso colocar a fita refletiva nos capacetes, e a maioria dos acidentes de moto acontece de frente. Raramente alguém é acidentado pelas costas. Precisamos combater essas coisas e nos manifestar.

Ficamos tristes em ver a ausência definitiva do Congresso Nacional no País, que não discute nada. Todos podem fazer resoluções, determinações, aplicar multa, criando dificuldades para o cidadão, coisas que deveriam estar na lei, e não em portarias e resoluções. O Congresso Nacional e nós, Deputados, aceitamos isso passivamente. Isso tem acontecido no Estado também, em que algumas Secretarias fazem normas e baixam atos, criando as maiores dificuldades em total detrimento da legislação.

É isso que me trouxe aqui hoje. Mais um caso absurdo aconteceu com os médicos do Brasil inteiro. Por uma decisão de um funcionário da Secretaria de Defesa Econômica, o Cade, vinculado ao Ministério da Justiça, atendendo a interesse da ANS - interesse dos empresários, pois atende apenas os donos das operadoras do plano de saúde -, baixou uma norma dizendo que os médicos não podem se organizar para discutir com a empresa de plano de saúde as condições de trabalho, muito menos as condições de remuneração. Vejam a que absurdo chegamos em nosso país, e ficamos calados. Repito: um funcionário baixa uma norma dizendo que os médicos não podem se organizar para fazer qualquer tipo de manifestação. Será que vamos ficar aceitando isso passivamente? Será que não podemos, pelo menos, levantar a voz e fazer essa discussão, de que alguns órgãos e burocratas de plantão do governo federal querem ser mais do que a legislação? Será que estão querendo voltar à época da ditadura, em que todos mandavam, davam as normas e determinavam que a polícia cumprisse o que nem estava na lei? Era a ditadura que mandava.

Veja que absurdo, Deputado. V. Exa., que é médico, não pode mais se reunir. Na época da ditadura, em 1972, eu fazia parte de um movimento estudantil e éramos proibidos de nos reunir em grupo maior que de quatro pessoas. Pelo menos limitavam em quatro, mas, se a polícia soubesse que havia mais de quatro pessoas, chegava e dispersava todos. Às vezes, estávamos querendo apenas conversar, saber da situação, mas éramos impedidos. Isso está acontecendo agora. A classe médica está sendo tratada pelo Cade, que não tem nada a ver com essa questão de relação no trabalho.

Das coisas que o Cade precisa tratar, como os monopólios que se instalaram em nosso país, as coisas absurdas das grandes empresas, principalmente das multinacionais, ele não trata, não age. Entretanto quer agir proibindo, vou repetir isso para ficar bem claro, a classe médica de se organizar. Mas eles já são organizados, porque possuem sindicato e associação. Está proibindo o sindicato de fazer o que a Constituição permite, aliás, ela permite até à polícia fazer greve, as Polícias Civil e Militar, os professores. Mas o médico não pode fazer nenhum tipo de manifestação, principalmente para cobrar dos planos de saúde condições de trabalho ou remuneração. Algumas associações de Minas têm reagido, entraram na Justiça. Mas aí vem a força do poder econômico, das grandes operadoras de planos de saúde, que modificam qualquer sentença, qualquer decisão, principalmente se for para atender aos planos de saúde.

Elaboramos hoje, nas Comissões de Saúde e de Defesa do Consumidor, alguns documentos de repúdio à ANS e ao Cade, em que falamos da nossa indignação em relação a essa decisão. Se pelo menos tivesse sido uma decisão colegiada, teríamos... Mas é um funcionário que, pelas informações que obtivemos pela manhã, foi apertado. Quando as associações médicas do Brasil foram questionar o Ministro, chamaram o funcionário que baixou a norma, e ele disse que estava atendendo a uma determinação da ANS. Quem elaborou a determinação foi o Cade. Ele estava atendendo a uma determinação da ANS, que, todos sabemos, é comandada pelos grupos que operam os planos de saúde privados no Estado de Minas Gerais.

Estão proibindo os médicos de se manifestar, e eles terão de trabalhar em regime de escravidão. Eles não podem se manifestar. Vou continuar repetindo isso para as pessoas entenderem. Eles não podem se manifestar, Deputado Gustavo Corrêa, não podem se organizar. Hoje vieram pedir proteção. Estou me lembrando da época da ditadura, em que, quando havia problemas, o pessoal corria para as casas legislativas para ter proteção. É como os casos em que o pessoal corre para a igreja a fim de ter proteção. Eles vieram hoje solicitar à Assembleia Legislativa proteção para se manifestarem. O rapaz que deu a ordem lá estabeleceu uma multa diária de R\$50.000,00 se os médicos forem pegos em qualquer situação de manifestação. São coisas que nos revoltam no Estado Democrático de Direito em que vivemos. Ainda temos muito resquício da ditadura. Temos resquícios de condutas com as quais não podemos compactuar. Isso nos causa uma tristeza terrível quando fazemos a militância política. Gostamos da política e pensamos que ela é a solução de parte dos grandes problemas que afligem a população.

Vimos que, no Congresso Nacional, não tratam de nenhum assunto importante que aflige o nosso povo. É um Congresso Nacional que quer apenas fazer negócios, que quer saber quanto se vai pagar pelas emendas, quando terá dinheiro e o que acontecerá. Mas se esquece de discutir os temas que afligem grande parte da população. E, o que é pior, amordaçam e censuram uma classe de pessoas preparadas, que dedicam suas vidas em defesa de outras, proibindo-as de fazer qualquer tipo de manifestação. Estão programando para o dia 21 de setembro uma grande manifestação em favor do sistema de saúde pública, e aí também entra a iniciativa privada, para mostrar à população o que está acontecendo.

Hoje a maioria dos planos de saúde virou o SUS de luxo, as pessoas apenas têm a alegria de dizer que possuem um plano de saúde e que estão resguardadas de qualquer dificuldade. Mas isso não é verdade. Na maioria dos planos de saúde, quando se faz uma consulta,



é preciso pagar uma diferença. A única diferença existente no plano de saúde é que, às vezes, as pessoas têm o serviço hospitalar com mais facilidade. Mas, no atendimento ambulatorial em clínicas, há casos em que ocorre uma demora de três, quatro meses para uma consulta pelo plano. A Agência Nacional de Saúde Suplementar determinou que o plano precisa resolver essa questão das consultas em sete dias. Mas ele não resolverá, como não está resolvendo, porque a população não tem a quem recorrer e a quem cobrar.

Por isso recebemos hoje aqui vários médicos que vieram pedir socorro à Assembleia Legislativa para terem o direito de reivindicar e de se organizar para cobrar do plano de saúde melhores condições de trabalho. Não existe apenas preocupação com a questão salarial, dos honorários; há outras. Existem médicos que trabalham no interior sem nenhuma condição de trabalho. Esses médicos estão lá sozinhos, às vezes sem nenhuma estrutura para atendimento de emergência ou até mesmo para um atendimento mais elitizado, organizado ou marcado. Como ele não pode fazer o atendimento, manda o paciente para os grandes centros.

A indignação maior é com essa proibição, essa mordada, essa censura do Cade, que, por meio de uma subsecretaria, por meio de um funcionário, baixa uma portaria dizendo que o sindicato dos médicos não pode fazer reuniões, que os médicos não podem organizar-se, que as associações médicas não podem manifestar-se e se organizar, principalmente se for para cobrar dos planos de saúde melhores condições, mesmo de remuneração e salário.

Mesmo não sendo médico, sabemos das dificuldades da categoria, e deixo registrada nossa indignação. O povo precisa saber disso, a situação não pode continuar desse jeito. Será que seremos manipulados por pessoas sem nenhum compromisso com a sociedade, com a democracia, com o serviço público, por pessoas que têm compromisso apenas com os grandes empresários, que se esquecem do resto da população e ficam imunes a qualquer coisa? Às vezes não se sabe nem o nome deles. É mais ou menos como o conselho do Banco Central que aumenta os juros, ninguém sabe quem são os “caras”. Eles estão lá a serviço dos banqueiros, do capital especulativo; estão lá aumentando os juros com a desculpa de que é para baixar a inflação. Mas isso não é verdade: é apenas para remunerar os títulos da dívida pública, que estão nas mãos dos grandes bancos do Brasil, os quais recebem 12,75%. Esses juros não existem em nenhuma parte do mundo. São pessoas que desconhecemos. Conhecemos apenas o chefe do Banco Central; os outros, não sabemos quem são. Parecem o Lombardi: todo o mundo sabia que existia, mas não o via.

Essa é nossa indignação. Essas coisas têm acontecido no Brasil, e todos assistimos a isso passivamente, calados, sem fazer nenhuma manifestação.

O Deputado Almir Paraca\* - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público da galeria e público que nos acompanha pela TV Assembleia, boa tarde. Gostaríamos, Sr. Presidente, inicialmente, de tratar da expansão do ensino superior e técnico profissional em curso no Brasil. Acompanhamos essa questão de maneira firme, presente, porque reivindicamos, nos últimos anos, que toda a nossa região do Noroeste de Minas Gerais e também uma parte do Norte - na verdade, a margem esquerda do Rio São Francisco - tivesse a honra de ser também assistida com a presença dos institutos federais de educação e da universidade pública brasileira.

Realizamos uma conquista a duras penas, depois de muita luta. Recebemos três unidades do Instituto Federal de Educação: uma instalada em Paracatu; outra, em Arinos; e outra, em Januária. Esta fica lá em cima, perto da Bahia. Inicialmente a região iria receber uma única unidade do Instituto Federal de Educação, que seria instalada em Paracatu. Entendemos que aquela região é muito ampla e, como já disse, completamente desassistida do ponto de vista da educação superior e tecnológica federal. Portanto, hoje podemos comemorar o que consideramos um grande avanço e uma grande conquista.

Já é possível perceber o significado que têm essas unidades do Instituto Federal de Educação em nossa região, Noroeste de Minas, bem como em toda Minas Gerais e em todo o interior do Brasil. O governo Lula, podemos dizer assim, ficou registrado na história do Brasil como aquele que mais investiu em educação pública. Foram criadas e consolidadas 14 novas universidades federais; foi instituída a Universidade Aberta do Brasil; foram construídos mais de 100 câmpus universitários pelo interior do Brasil, além da importante expansão dos Institutos Federais de Educação, marco histórico incommensurável.

O ProUni possibilitou o acesso ao ensino superior de mais de 700 mil jovens durante o governo Lula. Estamos muito satisfeitos porque, na manhã de ontem, a Presidente Dilma fez o lançamento do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Superior, Profissional e Tecnológica. Entre o que foi anunciado, falou-se da abertura de 47 novos câmpus universitários e de mais 208 unidades dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia por todo o País. Minas Gerais está sendo beneficiada com um câmpus da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, que será instalado em Teófilo Otôni, além de diversas unidades do Instituto Federal de Educação que serão instaladas em Santa Luzia, Ibirité, Diamantina, Teófilo Otôni, Patos de Minas e Manhuaçu. Além disso, terão câmpus avançados Contagem, Betim, Ouro Branco, Ribeirão das Neves, Sabará, Montes Claros, Passos e Pouso Alegre.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, temos de celebrar essa grande conquista que tem enorme significado para o Brasil. Isso ocorre especialmente neste momento de inserção competitiva e decisiva do Brasil no mercado global, quando a necessidade de mão de obra qualificada se apresenta como o principal fator para que este país se transforme em uma grande potência e garanta seu desenvolvimento sustentável.

O Deputado Elismar Prado (em aparte)\* - Obrigado, Deputado Almir Paraca. Parabéns V. Exa. pelo trabalho realizado no Estado de Minas Gerais, especialmente em defesa da educação. São fundamentais as informações que V. Exa. traz aqui hoje. Acompanhamos as conquistas na área da educação desde o início do governo Lula. Sabemos que nosso país tem uma dívida imensa com a educação. Creio que ainda há muito a ser feito. No entanto, é fundamental reconhecermos os avanços ocorridos com a expansão universitária e do ensino profissional.

V. Exa. citou Patos de Minas, que vai receber o Ifet. Ituiutaba, em nossa região, após uma grande luta, também o recebeu. Em Uberlândia, a Escola Agrotécnica Federal transformou-se em Ifet. Ela foi ampliada, atenderá mais alunos e terá novos cursos. Uberaba já o possui. Em Araxá, temos o Cefet. Estamos agora em luta pela expansão do ensino universitário. Conseguimos aprovação para expansão, por meio do Conselho Universitário da Universidade Federal de Uberlândia, de Monte Carmelo. Quando fui Deputado Federal, aprovamos, no Plano Plurianual do governo federal, extensão universitária para Patos de Minas, do câmpus da UFU. Agora estamos fazendo um debate em relação ao Município de Araguari para que também possa receber extensão universitária.



No caso de Monte Carmelo, Deputado, queria chamar a atenção dos senhores para um fato. Depois de muita luta para conquistarmos a aprovação do câmpus, que até já abriu processo seletivo para os cursos, estamos tendo um problema com a área em que será construído o novo câmpus. Solicito empenho do Prefeito, pois existe um problema de licença ambiental. Não podemos retroceder e perder tudo aquilo que conquistamos com muita luta, com o envolvimento de toda a comunidade, dos estudantes. Quero lembrar o trabalho fundamental nessa luta do Vereador do PT, Vítor Hugo, o qual foi fundamental nesse processo de conquista da extensão do câmpus da UFU, em Monte Carmelo.

Solicitamos o empenho do Município nessa fase executiva, a fim de resolver a questão da área, que envolve a cidade e as lideranças locais. Precisamos resolver, de uma vez por todas, essa questão para que não haja retrocesso. É necessário construir o câmpus da UFU, em Monte Carmelo, que poderá ser o indutor do desenvolvimento e da geração de emprego e renda. Faço apelo ao Prefeito para que se empenhe. Ajudaremos também, como já fizemos em todo o processo.

Rapidamente, Deputado, quero falar sobre um tema que vai na mesma direção do programa da extensão universitária e do ensino técnico. Refiro-me ao transporte escolar, ao programa Caminho da Escola, que faz o transporte dos alunos na zona rural. Recentemente estivemos no Município de Conquista, onde ainda faremos a entrega de veículo escolar. Estivemos em Delta, onde entregamos mais um veículo, assim como em Romaria. Fomos a Ituiutaba, Capinópolis, Canápolis, Araxá, Araguari, Frutal, Iturama, Tupaciguara, ou seja, a todos esses Municípios e a muitos outros. Cerca de 70 veículos farão o transporte dos alunos da zona rural. Tanto o Triângulo Mineiro quanto várias outras regiões do Estado de Minas Gerais receberão veículos. Nossa intenção é renovar toda a frota do transporte escolar para transportar com dignidade, conforto e segurança, gratuitamente, os alunos da zona rural. Coloquei uma emenda de bancada, quando fui Deputado Federal, de R\$10.000.000,00, para a aquisição dos veículos do programa Caminho da Escola.

Aproveito o momento para falar sobre a greve dos trabalhadores em educação. Novamente faço apelo ao governo do Estado, que continua intransigente em relação à negociação. Ele não abre negociação com os trabalhadores. Os prejuízos aos alunos são muito grandes. Queremos que a greve acabe e que as aulas sejam retomadas. Infelizmente o governo continua intransigente e não negocia. Como todos sabem, no início de carreira, o professor ganha R\$369,00, uma miséria, um salário de fome, um verdadeiro descaso, um absurdo total. O pior salário do Brasil é pago pelo governo do Estado de Minas, que queremos que dê um passo, já que o sindicato, o Sind-UTE, deu esse passo, fez um gesto de boa vontade quando aceitou o piso proporcional. Infelizmente o governo está emburrado. É uma birra que não entendemos. Ele não abre qualquer negociação. Está totalmente intransigente, o que é realmente um absurdo. Esperamos que o governo se sensibilize, porque essa birra não faz jus ao perfil que precisa ter um administrador público, que precisa se pautar não pela emoção, não pela questão pessoal, mas pela lei, e os professores estão defendendo simplesmente o cumprimento de uma lei que o Supremo Tribunal Federal julgou constitucional.

Alguns Deputados, como o Weliton Prado, lutam muito em defesa do trabalhador da educação. Deputados Federais estão fazendo pressão para que o STF possa rapidamente publicar o acórdão, a fim de que não reste qualquer tipo de desculpa ou pretexto para o governo do Estado não cumprir a lei do piso. Então deixamos aqui, novamente, o nosso apelo e a nossa preocupação: que a greve possa cessar e o governo possa fazer um gesto de boa vontade e abrir a negociação com os trabalhadores, que estão realmente muito sofridos e ansiosos com esse processo desgastante e angustiante, que é a greve. Esperamos que o governo possa ter sensibilidade, negociar e cumprir a lei do piso, que é o objetivo de todos nós. Obrigado.

O Deputado Almir Paraca\* - Agradecemos as palavras do Deputado Elismar Prado. Deputado, gostaria de convocar V.Exa. - se posso assim dizer - e o Deputado Weliton Prado para nos ajudar, porque estamos empenhados neste momento na expansão da Universidade Federal de Uberlândia para o Noroeste de Minas, para alcançar toda essa região, instalando um câmpus avançado em Paracatu. Se olharmos a região do Noroeste de Minas, estendendo até o norte, à margem esquerda do Rio São Francisco, veremos que essa vasta região do Estado de Minas Gerais não é dotada de nenhuma unidade de universidade pública federal do nosso país. Portanto, neste momento em que a universidade se expande e se está efetivamente promovendo a democracia e o acesso ao ensino público superior, contamos com os nobres Deputados da família Prado, que são de Uberlândia e têm grande trânsito junto ao Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, para nos ajudar nessa tarefa.

Estamos também provocando uma grande discussão em Paracatu, para que as mineradoras ali instaladas possam deixar um legado real e valioso para o povo de Paracatu, investindo, por exemplo, na implantação da estrutura física para receber a Universidade Federal de Uberlândia nesse Município, não deixando migalhas, pois são verdadeiras migalhas a política de atenção social para tentar diminuir a tensão hoje instalada em Paracatu, que já não se sujeita mais e não tolera esse grau de abandono e de exploração. Para se ter uma ideia, ano passado, só na mineração de ouro em Paracatu, com um faturamento líquido de R\$1.150.000.000,00, entraram nos cofres da Prefeitura R\$6.500.000,00, considerando que a Lei Kandir isenta de ICMS toda a produção de ouro, porque é tudo exportado, e que o “royalty” para o ouro é hoje de 1% sobre o faturamento líquido. Felizmente a nossa Presidenta Dilma se comprometeu a enviar ao Congresso Nacional, brevemente, uma nova proposta para regulamentar os “royalties” da mineração no Brasil, e esperamos que o ouro seja fortemente contemplado nesse projeto, para fazer justiça aos Municípios mineradores e em consideração a esse patrimônio, que o art. 20 da Constituição Federal diz ser patrimônio do povo brasileiro.

Para encerrar, Sr. Presidente, gostaríamos de fazer um convite à população da minha querida cidade de Paracatu para a audiência pública da Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização, que acontecerá na próxima sexta-feira, às 13 horas, na Câmara Municipal, quando discutiremos a prestação de serviço de água e esgoto pela Copasa. O objetivo é discutir tarifa e extensão da rede e colocar uma meta para Paracatu, para a Prefeitura Municipal e para a Copasa, para eliminar definitivamente o lançamento de esgoto nos córregos que cortam a cidade e implantar 100% de coleta e de tratamento de esgoto, fazendo jus à tarifa hoje cobrada na cidade, de 75% do preço da água para o serviço de esgoto. É uma irregularidade que esperamos poder debater e discutir nessa audiência pública, para encaminhar uma solução definitiva.

Por fim, Sr. Presidente, lembro que, neste exato momento, se tudo correu bem, a Presidenta Dilma está participando do fechamento da Marcha das Margaridas em Brasília. As mulheres camponesas, trabalhadoras rurais do País inteiro, do campo e da floresta,



encontram-se neste momento com a Presidenta Dilma para levar as suas reivindicações e melhorar a qualidade de vida das trabalhadoras rurais no Brasil. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, esse requerimento foi fruto de uma audiência pública que realizamos, a meu pedido, na Comissão de Política Agropecuária, a qual foi presidida pelo Deputado Antônio Carlos Arantes. Na ocasião, realizamos um amplo debate sobre esse programa, que é um programa nacional, conhecido como Programa do Crédito Fundiário. Eu, quando delegado do Ministério de Desenvolvimento Agrário, tive a honra de fazer com que esse programa tivesse aqui em Minas Gerais um sucesso relativo. Felizmente, conseguimos implantar diversos assentamentos graças ao Crédito Fundiário. Nesse programa, por meio do Banco do Brasil ou do Banco do Nordeste, dependendo da região, o governo subsidia a compra de terreno para famílias de trabalhadores rurais sem terra. Isso é feito a partir, em geral, de agricultores que já têm um pedaço de terra pequeno ou no caso de o pai ter terra e o filho não. E eles, de forma individual ou associativa, adquirem terrenos que são subsidiados em 10 anos, com juros de 2% ao ano. Agora houve uma melhora no programa, e eles podem pagar em até 15 anos, com 3 anos de carência e ainda recebem um crédito de R\$20.000,00 do Programa Nacional da Agricultura Familiar - Pronaf. É um excelente programa. Ele incentiva as famílias a permanecer no campo e dá a elas condições de ter a terra, e depois vão ter também o Pronaf, o dinheiro inicial para comprar uma vaquinha ou colocar uma cerca na sua terra.

Então, trata-se de um programa de reforma agrária muito positivo, muito interessante. O problema é que esse programa patina em Minas Gerais, e isso já não é de hoje. São poucas as famílias que o têm, relativamente ao número que de fato quer ter acesso à terra. As inscrições são milhares, contando com o Triângulo mineiro, Deputado Elismar Prado, o Sul de Minas, principalmente a linha individual do CAF, o Norte de Minas e o Jequitinhonha. O programa é muito bom, mas tem rateado, exatamente por falta, nesse caso, de técnicos, em especial do governo do Estado, e por não ter um programa e um cronograma que façam com que esses assentamentos se tornem realidade.

Já existem recursos nos bancos, mas faltam técnicos para fazer a análise desse procedimento. O Programa de Crédito Fundiário é, portanto, um programa que precisa andar.

Deputado Sargento Rodrigues, como fizemos uma boa discussão sobre isso na Comissão de Política Agropecuária, solicitamos que a Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária envie, a cada 120 dias, à nossa Comissão o cronograma de famílias que serão atendidas. Qual o sentido disso? É uma forma de sabermos da Secretaria Extraordinária de Reforma Agrária se o programa está indo à frente com as medidas necessárias do governo do Estado, já que os recursos existem nos Bancos do Brasil e do Nordeste. Há uma fila imensa. A estimativa para este ano era fazer o assentamento de aproximadamente 400 famílias, mas há na fila mais de 1.500 famílias. Por isso precisamos agilizar o programa, e o requerimento é exatamente para isso.

Sr. Presidente, além de reforçar o pedido de aprovação desse requerimento solicitando que o governo do Estado tenha maior carinho com o Programa de Crédito Fundiário, que compra terra para o nosso pequeno produtor ou para o trabalhador sem terra, aproveito a oportunidade para convidar a todos para o lançamento do Plano Safra – que é resultante de requerimento de minha autoria também, aprovado na Comissão de Política Agropecuária - nesta Assembleia, às 9 horas. Foram convidados o Secretário de Agricultura, Deputado Elmiro Nascimento, que estará presente; o Subsecretário Gadelha; o Presidente do Incra, que nos prestigiará, bem como o Subsecretário do Ministério de Desenvolvimento Agrário, que virá de Brasília especialmente para o lançamento desse programa; o Presidente da Fetaemg, Vilson, nosso Deputado por pouco tempo, mas hoje é o Presidente da Fetaemg; e os trabalhadores rurais.

O Plano Safra será lançado amanhã com o anúncio do crédito de R\$2.100.000.000,00 para o agricultor familiar e o pequeno produtor só de Minas Gerais. É um programa extraordinário do governo federal que dá ao produtor condições de acesso a um crédito barato sem o qual ele não levaria sua lavoura à frente. Repito: esse programa será lançado amanhã, às 9 horas. Convido o conjunto dos Deputados e os telespectadores da TV Assembleia a prestigiar esse evento, que estava marcado, a princípio, para o Teatro, mas, como estamos esperando um grande número de agricultores familiares - pelo menos 500 trabalhadores rurais - vinculados aos sindicatos e à Fetaemg e como também convidamos o MST e os técnicos da Emater, acredito que o evento será transferido para o Plenário, amanhã, às 9 horas. Será um lançamento muito importante com o anúncio de R\$2.100.000.000,00 para Minas Gerais. Esse recurso vai exatamente para o pequeno produtor, que o gastará com a compra de produtos agrícolas no seu Município. É um dinheiro do Pronaf, que é muito importante.

Estou encaminhando a votação o requerimento. A Deputada Liza Prado também quer fazer o encaminhamento, espero que seja também favorável. Espero aprovarmos esse requerimento para que, a cada 120 dias, seja enviado relatório à Comissão.

Aproveito para reiterar o convite para o lançamento do Plano Safra 2011-2012. No Brasil serão R\$16.000.000.000,00 do Pronaf para a agricultura familiar. Em Minas, são R\$2.100.000.000,00. Esse é um dos programas que o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o governo do ex-Presidente Lula e agora o governo da Presidenta Dilma têm como cartão-postal, digamos assim, para a agricultura familiar do nosso país.

A Marcha das Margaridas está sendo realizada em Brasília, como disse o Deputado Almir Paraca, e reforça ainda mais os investimentos que vêm sendo feitos na agricultura familiar, responsável por 70% do alimento que vem à mesa do povo brasileiro. Portanto, espero a aprovação do requerimento. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Sargento Rodrigues\* - Gostaria de cumprimentar o ilustre Deputado Rogério Correia pela iniciativa, que certamente as populações da zona rural agradecerão muito, do requerimento de que se encaminhe à Secretaria Extraordinária de Regularização Fundiária pedido de providências para que a cada 120 dias seja enviado à Comissão relatório relativo às ações do Programa de Crédito Fundiário. Isso é muito importante, até porque todo cidadão tem direito ao acesso a informações sobre ações do poder público. O que o Deputado Rogério Correia faz neste momento, portanto, é dar efetividade a um direito tratado como norma fundamental na Constituição da República, nos incisos XXXIII e XXXIV do art. 34: os direitos de peticionar e de ser informado sobre as ações do poder público. Assim, V. Exa. apenas canaliza, por meio do Poder Legislativo, aquilo que a Constituição da República prevê e, de



modo muito inteligente, faz com que cheguem às famílias da zona rural informações relevantes sobre algo que, para essas pessoas, é a sua dignidade: é o seu trabalho e a atividade que desenvolverão em seu dia a dia.

Mas pedi a palavra para fazer esse encaminhamento não só para cumprimentar o Deputado Rogério Correia, um Deputado sério e atuante nesta Casa, por quem tenho grande apreço, mas também para cumprimentar o Presidente, Deputado Dinis Pinheiro, a quem eu disse, logo no início desta legislatura, que seria um ferrinho de dentista para que ele colocasse na pauta de votação os requerimentos de Deputados. O trabalho que realizamos, por horas a fio, nas audiências públicas das Comissões desta Casa tem sua vazão neste Plenário, por meio de requerimentos de pedido de informações, que são valiosas, e de envio de documentos. Portanto, é de fundamental importância que o Plenário aprove esses requerimentos. Então, até porque sou ferrenho na cobrança, devo ter na mesma proporção a atenção de cumprimentar o Presidente desta Casa, Deputado Dinis Pinheiro, por vir pautando constantemente os requerimentos.

Mas aproveito para apontar algumas falhas: a Comissão de Segurança Pública tem vários requerimentos estacionados, que até hoje não chegaram ao Plenário. Portanto, faço essa advertência ao Deputado Inácio Franco, que neste momento preside a reunião, solicitando-lhe que consulte o Secretário-Geral da Mesa, José Geraldo, que auxilia o Presidente e com ele despacha direto: peça ao Sr. José Geraldo, Secretário-Geral da Mesa a sua atenção para que se dê vazão aos requerimentos da Comissão de Segurança Pública. Por último, Sr. Presidente, quero pedir que os projetos deste Deputado que foram aprovados em 1º turno no semestre passado sejam colocados em votação em 2º turno, até porque há um compromisso do Presidente Dinis Pinheiro de fazer isso.

Aproveito para informar ao Plenário desta Casa que já está pronto para entrar na ordem do dia, em 1º turno, o Projeto de Lei nº 427, de minha autoria, que trata de uma punição severa aos cambistas - aqueles agiotas aproveitadores que compram ao preço normal e vendem com ágio de até 300% ingressos para eventos esportivos e culturais. Isso acontece muito nos estádios, para os jogos de futebol. Mas o projeto prevê uma punição severa e nele tipificamos uma conduta administrativa para isso.

Eu disse a V. Exa. que, em que pese eu dispor de 10 minutos, falaria apenas por 5 minutos e vou cumprir esse prazo religiosamente. O Projeto de Lei nº 427, portanto, cria uma punição administrativa, com apreensão e multa severa para os cambistas que compram ingressos ao preço normal e os vendem com ágio de até 300%, o que traz dificuldades para as pessoas que com muito sacrifício tentam comprar um ingresso para ir ao estádio e sofrem a ação desses cambistas - ação até criminosa, porque, além da punição e da multa, há a previsão legal, na Lei nº 1.521, de que isso seja crime.

Apresento meus parabéns ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro. Que ele continue pautando os requerimentos das comissões, porque temos muito trabalho. São horas e horas de debate e audiência, e os requerimentos precisam ser aportados no Plenário para que o trabalho das comissões tenha resultado positivo na prática. Portanto, cumprimento V. Exa. e solicito que envie os nossos cumprimentos ao Presidente, Deputado Dinis Pinheiro.

\* - Sem revisão do orador.

A Deputada Liza Prado\* - Agradeço e, em respeito ao Deputado Paulo Guedes, serei breve. Encaminho favoravelmente ao requerimento, pois é importante que as comissões recebam as informações atualizadas dos créditos liberados para a agricultura familiar. Fico muito preocupada, pois cerca de 70% da produção dos alimentos no Estado e no País vêm da agricultura familiar. Os produtores precisam de incentivos, equipamentos e créditos ágeis, mas a burocracia é enorme. É preciso fomentar. Recentemente aprovamos um requerimento, de minha autoria, pelo qual faremos discussões com o Pronaf e com todas as pessoas ligadas à agricultura familiar, para ajudar na organização de cooperativas. O objetivo é que a produção seja vendida de forma mais ágil e o produtor que tem dificuldade na organização e na venda de seus produtos possa fornecer a escolas produtos para a merenda escolar.

Temos recursos, mas muitos não podem ser utilizados porque não existe uma cooperativa. O Município de Uberlândia está organizando essa cooperativa para que as escolas municipais comprem diretamente desses produtores. E os 30% destinados à compra de produtos "in natura" da agricultura familiar, para fomentar, gerar emprego, ajudar na produção, não são usados. Contagem, por exemplo, não perfaz os 30% na compra da agricultura familiar. Estamos incentivando o Estado inteiro a fazer o debate. Estamos chamando a Fetaemg, todos os produtores, o pessoal ligado ao Pronaf, para fazermos um grande debate e a agricultura familiar ter os seus projetos em andamento. Não utilizarei todo o meu tempo e encerrarei em respeito ao Deputado Paulo Guedes, esperando que seu pronunciamento seja importante para todo o Estado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Elismar Prado\* - Serei breve para que o Deputado Paulo Guedes faça seu pronunciamento. Encaminho favoravelmente ao Requerimento nº 637. Quero comemorar, pois Minas está sendo muito bem atendida pelo governo federal. É claro que há muito o que fazer ainda, mas são R\$2.000.000.000,00 para o Pronaf. Isso é muito importante, vai gerar muito emprego e renda no campo e ajudar os pequenos produtores.

Como Deputado Federal, tive uma grande conquista, da qual me orgulho muito, que é a lei da merenda escolar, que aprovamos. No nosso projeto da merenda escolar, em Brasília, conseguimos originar a nova lei que incluiu todos os alunos do ensino médio no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. A partir do ano letivo de 2009, 9 milhões de alunos que não tinham direito à merenda passaram a tê-lo. Incluímos também a destinação de 30% dos recursos do PNAE para aquisição direta da agricultura familiar. Ou seja, os R\$2.000.000.000,00 destinados a Minas Gerais com certeza contribuirão, dentro do nosso projeto, atendendo milhares de famílias de pequenos produtores, garantindo-lhes renda e garantindo alimentação mais saudável aos alunos, que receberão os produtos nas escolas, creches e instituições. Esse é o Programa de Aquisição de Alimentos - PAA -, que destina 30% dos recursos para a merenda escolar.

Fizemos também a emenda para a incubadora de economia solidária da Universidade Federal de Uberlândia, que mantém projetos de piscicultura, por exemplo, atendendo os agricultores da região do Triângulo Mineiro. Esses R\$2.000.000.000,00 para Minas Gerais ajudarão todos os pequenos produtores e associações, o que é muito importante.

Quero parabenizar o Deputado Rogério Correia e a Comissão de Política Agropecuária, pela iniciativa do requerimento, e dizer que é fundamental a política do governo federal, do governo Lula e agora da Presidenta Dilma, para dar mais dignidade ao homem do





campo. Fazemos parte dessa história, dessa conquista, aprovando a merenda escolar para o ensino médio e criando a cota de 30% para a aquisição direta dos produtos da agricultura familiar.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Não utilizarei todo o meu tempo, para permitir que o nosso companheiro Deputado Paulo Guedes faça o seu pronunciamento e a Deputada Liza Prado participe da Comissão de Cultura para fazermos o nosso debate. Obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Paulo Guedes\* - Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, público presente e mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia em diversas cidades do Estado, venho a esta tribuna fazer alguns questionamentos sobre algumas coisas que vem ocorrendo em Minas Gerais. Há dois acontecimentos recentes que merecem, por parte desta Casa, uma reflexão, merecem uma audiência pública, para entendermos, de fato, o que realmente está por trás deles. Primeiro, quero falar sobre o Parque da Sapucaia, em Montes Claros, onde, por sinal, dois dias atrás ocorreu um grande incêndio que destruiu grande parte dele. Isso aconteceu em anos anteriores e voltou a acontecer agora. Não se sabe se esse incêndio foi criminoso ou não. Ocorre que, no mesmo parque, uma grande empresa, não sei se de Belo Horizonte, quer construir um grande condomínio com 3 mil casas. Lançou-se, então, o movimento SOS Sapucaia. A referida empresa pretende desmatar 100ha para construir um condomínio residencial na Serra do Mel, que é a mesma Serra do Sapucaia, em uma área de preservação ambiental. É uma questão fundamental que toda a sociedade de Montes Claros começou a discutir.

Há também outro problema: o lixão que o Município pretende construir na estrada que liga Montes Claros a Juramento, o qual está causando revolta dos moradores dessa região. Hoje o lixão da cidade funciona no Bairro São Geraldo II. Pelo que sabemos, uma empresa até adquiriu uma área de 120ha na região de Mimoso, que fica a cerca de 14km do Município de Montes Claros. Nessa região há importantes rios: o Rio Verde Grande, o Rio Borá e o Rio do Peixe. É nesse local que querem instalar o lixão de Montes Claros. Além dos problemas ambientais que esse lixão pode trazer para a cidade, ao atingir os rios e centenas de moradores que ali têm seus sítios, suas pequenas propriedades, há outro problema que menciono agora, neste Plenário: o local escolhido para o lixão está sob a rota dos aviões que fazem o trecho Belo Horizonte-Montes Claros. Todo lixão atrai urubus. O problema é muito mais grave do que se imagina. Por isso, estou encaminhando para ser examinada na Comissão de Meio Ambiente solicitação de audiência pública para discutirmos as questões do lixão e do Parque da Sapucaia. Quanto a isso, já existe o SOS Sapucaia, movimento conduzido por várias lideranças de Montes Claros e que recebe o apoio maciço da população. Quero fazer parte desse movimento, para que possamos realizar em Montes Claros uma audiência pública, com a finalidade de se discutirem essas duas questões. Não sei ainda o nome da empresa de Belo Horizonte que pretende construir 3 mil casas na área de preservação ambiental que fica na Serra do Mel, no Parque da Sapucaia, na cidade de Montes Claros. Vamos discutir esses dois assuntos lá.

Um terceiro assunto me traz a esta tribuna hoje. Trata-se da necessidade de uma reflexão sobre a Operação Corcel Negro 3, do Ibama, realizada em conjunto com os Ministérios Públicos de Minas Gerais e da Bahia. Há 20 dias, essa operação prendeu centenas de caminhões e aplicou uma enxurrada de multas a praticamente todos os caminhoneiros do Norte e do Noroeste de Minas e do Sul da Bahia. Precisamos entender melhor como foi realizada essa operação. Fui procurado, na semana passada, por cerca de 400 caminhoneiros, com quem me reuni em Montes Claros. Não estou aqui querendo retirar ou colocar a culpa em ninguém, mas alguma coisa precisa ser esclarecida. Da forma como foi feita a operação, só foram punidos, de fato, os caminhoneiros, que são os que menos têm culpa no cartório.

O que ocorre hoje em Minas Gerais? As siderúrgicas de Minas Gerais, com base em lei e em portaria da Secretaria do Meio Ambiente, só devem receber 5% de carvão originado de mata nativa; os outros 95% devem ser provenientes de mata plantada ou de outros Estados. Isso vem sendo assim há quatro anos. O que ocorre? Quando um produtor consegue uma licença no IEF para desmatar uma área a fim de plantar cana, feijão, mandioca, etc., ele utiliza a madeira para fazer carvão; porém, esse carvão produzido em Minas Gerais virou “moeda podre”, porque a siderúrgica só pode receber 5% dele. O que houve nos últimos quatro anos? A Secretaria de Fazenda de Minas Gerais fechou os olhos; o IEF também fechou os olhos, porque havia a máfia do carvão liderada por seu ex-Presidente Humberto Candeias. Foi a primeira operação. Ninguém disse nada! Todo o mundo sabia, em Minas Gerais, que os caminhoneiros transportavam carvão vegetal de mata nativa produzido neste Estado, com nota fiscal da Bahia, do Maranhão e de Goiás. Todo o mundo sabia disso! Os policiais sabiam, os fiscais sabiam, o Ibama sabia, e ninguém fez nada. Deixaram passar quatro anos, apenas anotavam a placa dos caminhoneiros. Anota-se placa, anota-se placa, anota-se placa... Agora, quatro anos depois, fazem uma operação, apreendem caminhões e aplicam multas abusivas de até R\$1.500.000,00 por caminhão. Há caso em que o cidadão possui um caminhão que vale R\$100.000,00 e recebeu multa no valor de R\$1.500.000,00.

Isso significa que multa em Minas Gerais é só para os pequenos. Só podem ser multados, neste Estado, caminhoneiros, produtores rurais, agricultores familiares, assentamento dos sem-terras, assentamento do Jaíba. Quem agride o meio ambiente em Minas Gerais não recebe multa. A Votorantim e a Copasa não recebem multa. O esgoto de Belo Horizonte, de Betim, de Contagem e da Região Metropolitana é despejado no Rio das Velhas, o que provoca a matança dos peixes no Rio São Francisco, e ninguém é multado. A Copasa não é multada por jogar todo o esgoto de Brasília de Minas no Rio Paracatu. A Copasa não é multada por jogar todo o esgoto de Montes Claros no Rio Verde Grande.

Quero fazer uma denúncia. O governo anunciou R\$120.000.000,00 para a construção da estação de esgoto de Montes Claros. Refiro-me a uma obra de R\$120.000.000,00, e não houve tratamento de nada. A estação de tratamento de Montes Claros não funciona. O esgoto está sendo lançado do mesmo jeito que era lançado no Rio Verde Grande, que, por sua vez, deságua no Rio São Francisco.

As multas são só para os pequenos. Parece que a justiça em Minas Gerais só funciona para ladrão de galinhas, porque aos grandes não acontece nada, porque o chefe da máfia, Humberto Candeias, está solto. Propusemos uma CPI nesta Casa, mas Aécio Neves não deixou que ela ocorresse. Aliás, por falar nisso, é uma ironia ver Aécio, em todos os jornais, cobrar CPI em Brasília. Há oito anos não há CPI nesta Casa, porque aqui a ordem é outra. A ordem aqui é botar tudo debaixo do tapete.



Iremos reagir e queremos saber das coisas. Estou propondo a realização de duas audiências públicas para saber o porquê disso tudo. Se o IEF de Minas Gerais e o Ibama quiserem pegar carvão ilegal - é a coisa mais fácil do mundo -, basta colocarem um fiscal na porta da siderúrgica. Basta isso para desmontarem a máfia. Eles não fazem isso porque têm interesse em manter as siderúrgicas; todavia querem pegar o pequeno produtor rural, querem acabar com a produção no Norte de Minas, querem matar de fome aqueles que precisam trabalhar: o caminhoneiro, o produtor rural, enfim, os componentes de toda uma cadeia de cidadãos dessa região do Estado. E o governo não faz nada.

Tenho um projeto de lei nesta Casa, o qual resolve o problema, propondo a criação do ecocrédito. Por que o Governador não deixa votarem o meu projeto nesta Casa, que propõe pagamento aos produtores em troca de preservarem suas áreas, de não desmatarem para produzir carvão? Não, eles estimulam as pessoas a errar de várias formas, a começar pela enorme burocracia. Quem apresenta requerimento para realizar qualquer empreendimento em Minas Gerais, especialmente no Norte de Minas, no Vale do Jequitinhonha, no Vale do Mucuri e no Noroeste, no caso de possuir uma propriedade em que pretenda plantar, espera 5 anos, 6 anos, às vezes 10 anos. Esse é o tempo necessário para se obter o licenciamento.

Eles empurram as pessoas para a ilegalidade. O governo estimula as pessoas a agir errado, a fim de, depois, aplicar a indústria de multas. Isso não podemos aceitar. Nossa região precisa reagir, por isso faço aqui um chamado às nossas entidades, aos nossos sindicatos de trabalhadores rurais e de produtores rurais. O Norte de Minas precisa melhorar sua autoestima e enfrentar o governo, que quer acabar com nossa região. O governo quer fazer gracinha com os organismos internacionais, e quem está pagando o pato é o Norte de Minas, a única região que se manteve preservada até agora. Por que não cobram áreas de preservação e reserva legal dos usineiros do Triângulo? Dizem que com eles não podem mexer, porque produzem álcool e açúcar e estão gerando riquezas para o Estado. Desmataram tudo naquela região. Quem possui terra no Norte de Minas tem de passar fome?! Tem de ficar condenado a ouvir que, embora possua a terra, não pode fazer nada nela?! É isso que está ocorrendo. Precisamos reagir, Deputado Rogério Correia.

Tem que haver CPI nesta Casa. Porque não saiu a CPI da máfia do carvão? Por que Aécio não deixa realizar essa CPI aqui? Ele, que clama por CPIs hoje, está todo dia nos jornais, em Brasília, não deixa sua base realizar nenhuma CPI aqui. As coisas têm que ser esclarecidas, por isso vamos utilizar pelo menos o instrumento da audiência pública, que ainda não foi proibido nesta Casa, para que possamos convocar o Ibama, o IEF, a polícia, o Ministério Público, para saber por que apenas os caminhoneiros foram multados. Caminhoneiro não produz carvão nem corta árvore, caminhoneiro transporta. Se querem pegar, tinham que pegar outras pessoas. Prenderam e multaram as pessoas erradas e estão perseguindo e paralisando, mais uma vez, a economia do Norte de Minas. Temos que denunciar o que está havendo, por isso estamos aqui hoje exigindo providências desta Casa Legislativa, para que os representantes desses órgãos sejam convocados a dar explicações. Assim poderemos colocar o preto no branco, os pingos nos is, e saber quem realmente comete crime ambiental.

Deputado Rogério Correia, uma empresa de Belo Horizonte, cujo nome eu não sei, construirá três mil casas, num condomínio de luxo em Montes Claros, e desmatará 100ha de uma área de preservação no Parque da Sapucaia. Derrubarão o parque. Para grandes empresas, para quem tem dinheiro, o Meio Ambiente libera tudo; mas vai um sem-terra ou um agricultor familiar fazer qualquer coisa... Será preso, humilhado, multado, confiscado. Isso não aceitaremos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Rogério Correia\* - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, telespectadores da TV Assembleia, imprensa, pessoas presentes na Assembleia Legislativa, antes de entrar no assunto que me traz à tribuna - e já anuncio ser ele relativo à greve dos professores e à negociação que estamos tentando realizar com a Secretária de Educação e o sindicato -, queria fazer um chamado a todos os Deputados e Deputadas para reforçar que - como já fiz no encaminhamento de uma das votações - amanhã haverá o lançamento do Plano Safra 2011-2012, no Plenário da Assembleia Legislativa. Já estão confirmados os representantes do Ministro Afonso Florence, que virão de Brasília e farão o anúncio de R\$2.100.000.000,00, neste ano, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o crédito do Pronaf, para o pequeno produtor de Minas Gerais. É um programa fantástico iniciado no governo do Presidente Lula, que prossegue no governo da Presidenta Dilma e vem crescendo a olhos vistos, no atendimento ao pequeno produtor. Antigamente, crédito era só para o grande, agora não. Em Minas Gerais serão R\$2.000.000.000,00, num total de R\$16.000.000.000,00 distribuídos em todo o Brasil. É um recurso importante, que vai exatamente para os pequenos Municípios, os que mais precisam e fazem movimentar os negócios no interior do País. Ele tem contribuído muito, ao lado de outros programas, como o Luz para Todos; o programa de fomento à agricultura, com a compra de produtos rurais, que é o Programa de Aquisição de Alimentos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar; programas que, como o crédito fundiário, fazem com que o trabalhador tenha acesso à terra e, mais do que isso, possa plantar.

Esse programa tem contribuído muito com a erradicação da miséria e, principalmente, com a diminuição do êxodo rural, que foi um dos problemas que fez com que o Brasil crescesse com tanta desigualdade.

Então, fica o convite para os nossos sindicatos. Estarão presentes, além do Ministério, o Inbra, por meio do seu Presidente Nacional, a Secretaria Estadual da Agricultura, por meio do Deputado Elmiro Nascimento, hoje nosso Secretário, e o Sr. Edmar Gadelha, nosso Subsecretário. Estarão presentes, ainda, o Sr. Wilson Luiz da Silva, Presidente da Fetaemg, e o Deputado Federal Padre João, que por muito tempo presidiu a Comissão de Política Agropecuária e Agroindustrial da Assembleia de Minas e hoje preside a Subcomissão de Energias Alternativas no Brasil. Enfim, será um grande evento esse lançamento do Plano Safra e também será uma oportunidade para que os pequenos produtores saibam que esses recursos já estão disponíveis nos bancos. Serão aqui anunciados e também demonstrada aos que quiserem a forma de obterem acesso ao crédito do Pronaf. Fica aí o convite para amanhã, às 9 horas.

Sr. Presidente, estive hoje de manhã com a comissão de Deputados, formada por meio de um requerimento meu ao final do semestre, ainda em julho, para intermediar os problemas referentes à greve dos professores da rede pública aqui em Minas Gerais. Vínhamos de um procedimento de obstrução na Assembleia Legislativa pelo qual, entre outros pontos de pauta, o nosso Bloco Minas sem Censura colocou a greve dos professores e a abertura de negociação como patamares para que procedêssemos à desobstrução, votássemos os projetos, enfim, para que houvesse a negociação entre governo e sindicato. Infelizmente, até hoje a greve permanece.



São 40 dias letivos de greve e mais de 65 dias ininterruptos de greve. Isso é muito tempo, principalmente se considerarmos que no ano passado também já houve uma greve longa, de mais de 50 dias.

Isso mostra, em primeiro lugar, o descaso do governo com a educação pública em Minas. Duas greves dos professores, em dois anos seguidos, em que os professores paralisam as atividades para reivindicar aumento do piso salarial, mostram que não há, por parte do governo, o esforço necessário para resolução dos problemas da educação pública em Minas Gerais. Isso eu já disse aqui inúmeras vezes. Não há, por exemplo, a aplicação dos recursos sequer no montante de 25%, que as Constituições Federal e Estadual determinam como obrigação do Estado com a educação pública. Aqui o governo do Estado inclui no cálculo aquilo que ele paga aos aposentados. Se isso for retirado, teremos apenas 19% de investimento na educação e não 25%. Já dissemos isso diversas vezes, fizemos emendas ao exercício orçamentário, mas o governo insiste em baixar o índice de 25% para 19% por incluir, repito, os servidores inativos no cálculo.

O fato é que, do ponto de vista de piso salarial, uma professora, um professor em Minas Gerais recebe o pior piso salarial do País, qual seja, de R\$369,00, quando a professora tem o ensino médio, e de R\$450,00 a R\$470,00, se tem nível superior. É um salário muito baixo. O que vem posteriormente são gratificações, incentivos e, mesmo assim, chega-se a um patamar muito inferior ao de que necessita um professor.

O governo estabeleceu uma política de subsídio, mas o professor, ao aderir a ele, abre mão, necessariamente, de diversas vantagens que adquiriu durante a carreira; por isso não quer e não tem aceitado, em especial o que está há mais tempo no magistério, esse subsídio e abrir mão das vantagens e abandonar, portanto, a sua carreira por meio do piso salarial.

Queria informar ainda que 153 mil trabalhadores da educação, número extremamente expressivo, especialmente professores, fizeram opção por manter-se no piso salarial e, a partir deste mês, receberão um salário inferior ao determinado por lei federal. O piso é de R\$1.200,00 para uma jornada de 40 horas. Se fizermos uma regra de três e adequarmos esses R\$1.200,00 a uma jornada de 24 horas, que é a de Minas, ainda assim o valor estaria abaixo do piso nacional estabelecido pela legislação e agora referendado pelo Supremo: R\$712,00. Repito que o piso aqui em Minas é de R\$369,00, variando de R\$450,00 a R\$470,00. Então, os professores que optaram pelo piso recebem um salário menor do que o estabelecido em lei, mesmo com o cálculo pela regra de três, transformando-se a jornada de 40 em 24 horas.

A Secretária Ana Lúcia Gazzola nos recebeu hoje. Ela conversou por telefone com a Secretária Renata Vilhena. Agradecemos-lhe ter recebido a comissão, composta pelos Deputados Paulo Lamac, do Bloco Minas sem Censura, e Bosco e Sebastião Costa, que fazem parte da comissão representando o bloco do governo. Fomos muito bem-recebidos, tivemos uma boa conversa sobre a importância da negociação e tomamos conhecimento de um dado preocupante: para repor as aulas, caso se chegue a um acordo até sexta-feira, o governo teria de utilizar um calendário até a primeira quinzena de janeiro, de forma que o ano letivo começasse em fevereiro sem prejuízo de reposição deste ano. Se a greve permanecer, certamente haverá reposição das faltas deste ano no próximo ano letivo, o que prejudicará não apenas este ano, mas também 2012. Isso é realmente preocupante, porque exige esforço para que a greve tenha um final, mas a partir da negociação com o governo. Não queremos simplesmente que a greve acabe sem que os professores se sentem com o governo e façam um acordo. Caso contrário, não adiantará encerrá-la; ano que vem pode haver outra greve de mais 60 dias. E se não acontecer ano que vem, no outro. Não é assim que se devem tratar os professores, não é isso o que merecem. Ao contrário, merecem um tratamento muito melhor do que o que está sendo dado, com um salário muito melhor.

Portanto, Sr. Presidente, conversamos com a Secretária e buscamos um reforço nessa negociação. Hoje, às 19 horas, o Bloco Minas sem Censura tem agendada uma conversa com o Dr. Alceu, que anda conhecido como Doutor Acecu. Os motivos são outros, a conversa é outra, um dia falo sobre isso. Tomara que hoje ele tenha mais o espírito do Dr. Alceu e nos ajude a intermediar essa greve com o governo.

A Secretária nos disse ainda, de forma clara, que o governo tem a opção de não discutir o piso e de insistir na política de subsídio. Chamo a atenção dos Deputados, dos Secretários e do nosso Governador Anastasia para o fato de que os professores têm, por lei, o direito de fazer opção. E 153 mil fizeram a opção pelo piso. É necessário discutir com eles os direitos que possuem, porque a lei reconhecia essa opção. O governo não pode simplesmente dizer que quer que permaneçam no subsídio. Eles têm o direito legal ao piso e optaram por isso. O que é preciso é discutir com eles o valor desse piso salarial. É esse o apelo que fazemos ao governo, ou seja, que não fique apenas discutindo o subsídio com aqueles que já optaram pelo piso; que seja respeitada a opção legal que fizeram e passe a haver uma discussão relativa ao piso.

O Sind-UTE informou, por intermédio da Profa. Beatriz, que me confirmou isso na assembleia de ontem, que o sindicato aceita discutir com o governo, se este se comprometer a discutir uma jornada de 24 horas semanais em torno do piso do MEC, de R\$1.200,00.

Não que o sindicato abra mão de sua reivindicação, que é o piso da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE -, de R\$1.597,00, que é o mais justo. Não que o sindicato abra mão, e não abre. Diante do adiantado da greve e para facilitar a negociação, discutem o piso do MEC, em torno de R\$1.200,00, fazendo a regra de três para a jornada de 24 horas, o que coloca o piso em R\$712,00. Por parte do sindicato, há uma flexibilização bastante grande em relação à reivindicação que fizeram desde o início da greve.

Por telefone, a Secretária Renata Vilhena informou e confirmou à Secretária Ana Lúcia Gazzola que o custeio para se aplicar o piso de R\$712,00 seria de R\$2.500.000.000,00 ao ano, ou em torno de 3,5% a mais na folha de pagamento dos servidores. Portanto, não há nenhum exagero na reivindicação e nenhuma impossibilidade. Parece-me que passa mais por uma decisão política. De acordo com a Secretária, é claro que esse recurso impactará a Lei de Responsabilidade Fiscal, mas o governo fez negociações com outros setores, em que, vendo as dificuldades da referida lei, estabeleceu um mínimo para que, progressivamente, alcançasse níveis maiores. De imediato, seria possível atender aos trabalhadores da educação com esse salário e discutir outras reposições mais adiante. Sr. Presidente, parece que essa é uma decisão política que precisa ser tomada pelo Governador Anastasia. Esse é o apelo que fazemos ao



Governador: que a negociação com os professores seja, de fato, realizada e que nos sentemos à mesa de negociação. Na próxima terça-feira, os professores terão uma assembleia. Até lá, esperamos ter uma resposta mais conclusiva do governo.

Mais uma vez, duas ou quantas forem necessárias, a comissão se coloca à disposição para se chegar a um diálogo, para que sindicato e governo cheguem a um acordo. Entretanto, é necessário que o Governador do Estado tenha, nesse momento, um posicionamento político favorável a uma real negociação. É o apelo que gostaríamos de fazer. Por isso, solicitei a palavra pelo art. 70, em nome da Liderança do Bloco Minas sem Censura. Desde o início, apoiamos as reivindicações dos trabalhadores da educação, do Magistério e dos professores, mas estamos, fundamentalmente, preocupados com a solução desse impasse. Agora, a pressão é de pais e alunos, pois não querem que a greve deste ano interfira neste calendário, nem no do ano que vem. Para que isso não aconteça, a bola agora passou para o Governador. O sindicato aceitou flexibilizar sua reivindicação nos limites do piso do MEC, com a jornada de trabalho de 24 horas. Há tudo para resolver, depende da vontade política do Governador do Estado. Muito obrigado.

\* - Sem revisão do orador.

O Deputado Duarte Bechir - Sr. Presidente, Deputado Antônio Carlos Arantes, que preside os trabalhos nesta tarde, gostaria de saudar V. Exa. talvez como um dos mais autênticos defensores da nossa agricultura. Sabemos que o trabalho que V. Exa. realiza tem trazido inúmeros resultados a nossa agricultura. Tenho certeza de que, a cada dia, novas notícias e novos desafios encontrados nesse setor, que é o mais importante de Minas, serão superados graças ao seu trabalho e seu empenho. Cumprimento também o Deputado Rogério Correia, Líder do Bloco Minas sem Censura, que nos antecedeu nesta tarde. Ao fazer isso, tecerei diretamente comentários sobre a fala do Deputado Paulo Guedes, que, antes do Deputado Rogério Correia, fez uso da tribuna desta Casa, colocando suas opiniões, sua forma de ver as coisas acontecerem no Estado de Minas Gerais. Sabemos muitas vezes do papel da Oposição. Se não existe um problema, ela tenta criá-lo, porque essa é a tarefa de ser oposição num Estado como Minas Gerais, onde temos um Governador aberto ao diálogo, essencialmente construído na batalha do servidor público, porque assim o é de carreira e não traz consigo coloração alguma político-partidária, a não ser que é e foi candidato pelo PSDB, mas que, na sua essência, política e partidariamente falando, não milita e nunca militou. Na verdade, é um homem preparado para administrar e que tem dado a Minas Gerais respostas sucessivas da sua capacidade de governar, da sua simplicidade e forma de ser. Entre outras coisas, o Deputado Paulo Guedes disse claramente que o Senador Aécio Neves não é amigo do Norte de Minas e não compartilha com o seu desenvolvimento. Por ser curta, talvez a memória não se atrele a um passado muito recente. O ex-Presidente Lula - aliás, não sei se foi golpe de mestre ou, dizendo corretamente, golpe mesmo - criou um expediente, ainda no exercício da Presidência, levando uma parte da Fiat para Pernambuco, sua terra natal. Como o Presidente Lula conseguiu esse feito espetacular para Pernambuco e prejudicial para Minas Gerais? Editou uma medida provisória criando e dando subsídios para Pernambuco, a fim de levar a Fiat para lá. Acabou que levou uma grande parte dessa empresa e tivemos um prejuízo enorme em número de empregos, assim como em arrecadação de impostos, pois uma parte da Fiat agora está em Pernambuco. Esse expediente foi da feitura do Presidente Lula.

O Deputado Paulo Guedes disse que Aécio não gosta do Norte de Minas. Deputado Paulo Guedes, sinto a ausência de V. Exa. nesta Casa. Se neste momento estivesse no Plenário olhando no meu olho, para refrescar sua memória, eu lhe diria que foi de Aécio Neves uma emenda a esse projeto do Presidente Lula estendendo os benefícios - que ele criou tão somente para Pernambuco, sua terra natal - para o Norte de Minas. Comandada pelo PT, ao qual o Deputado Paulo Guedes é filiado, o que fez a bancada do Presidente Lula no Congresso? Duas são as possibilidades de resposta. O PT aprovou a emenda do Senador Aécio Neves, e o Norte de Minas ganhou "status" de região da Sudene, ou a Bancada do PT votou contra a emenda do Senador Aécio Neves? O Deputado Paulo Guedes não está aqui para responder sobre isso. Então responderei por ele. A Bancada do PT votou contra a emenda do Senador Aécio Neves, e o Norte de Minas ficou no prejuízo, não lhe sendo facultada a extensão dos benefícios da Sudene para que pudesse ganhar uma montadora conforme ganhou a terra do Presidente Lula. Um golpe com G maiúsculo, golpe sobre Minas Gerais. Nesse sentido, com muita honra e prazer, concedo aparte ao Deputado Arlen Santiago, que, assim como o Deputado Paulo Guedes, também é tão grande representante do nosso querido Norte de Minas, especialmente da Capital daquela área, a nossa querida Montes Claros.

O Deputado Arlen Santiago (em aparte)\* - Caro Deputado Duarte Bechir, estava neste instante conversando com um emissário do Senador Aécio Neves, que pediu que nos procurasse, assim como um grupo de empresários portugueses, para que intermediássemos, junto à Prefeitura de Montes Claros, um terreno para lá se instalar uma empresa que gerará 600 empregos diretos, 10% de curso superior, e que terá um faturamento anual de R\$90.000.000,00. Assim como o Governador Anastasia, que levou, há poucos dias, para Montes Claros, uma empresa com capacidade para oferecer 2.600 empregos, a empresa Alpargatas; assim como o Prefeito Luiz Tadeu Leite, com apoio do governo do Estado, que levou para a região uma firma de "call center", que está contratando 1.800 pessoas, com previsão de chegar a 9.000 empregos em três ou quatro anos. Falar de todos os trechos de asfalto que foram feitos no Norte de Minas pelo Governador Aécio é chover no molhado. Aquela terra do Norte de Minas, sempre tão largada, hoje está em condições de nela pessoas andarem, porque tem asfalto para São João do Paraíso, para Miravânia, para Cônego Marinho. No governo Aécio Neves, no seu mandato, foi a primeira vez que vimos quadras cobertas nas escolas, que vimos uma grande quantidade de escolas serem reformuladas, programas como o Água na Escola, que perfura poços artesianos, principalmente no grande Norte. A Secretária Ana Lúcia Gazzola agora apresenta um programa com metas da educação, de levar quadras poliesportivas primeiro para a região do Mucuri, Norte de Minas e do Jequitinhonha. Desta maneira, qualquer pessoa que venha a ocupar uma tribuna para falar mal do Governador Aécio, do Governador Anastasia, com relação ao Norte de Minas, ou não conhece o Norte de Minas ou quer realmente escamotear a verdade.

Então, vemos o carinho com que o Governador Aécio Neves e o Governador Anastasia sempre trataram e tratam todos daquela região. Vemos, por exemplo, nas comunidades indígenas de São João das Missões - a maior comunidade indígena -, a construção de 36 novas escolas, a perfuração de 15 poços artesianos, a doação, pelo Governador Aécio e Anastasia, de uma patrol 0km, assim como a construção dos postos de saúde. Se isso não é ajudar o Norte de Minas, aterra, como diz o Deputado. Mas essa é uma estratégia do Deputado Paulo Guedes. É o seguinte: falar mal do Governador para tentar fazer um contraponto a qualquer pessoa. É isso, a vida inteira haverá pessoas que não estarão de acordo com o progresso que está chegando, com tantas obras importantes. Hoje é possível



fazer hemodiálise em Salinas, há CTI em Taiobeiras. Infelizmente, em Janaúba, que é administrada pelo correligionário de partido do Sr. Paulo Guedes, é que os hospitais estão sendo fechados, é que a população está sem a possibilidade de ser atendida por causa de uma gestão que não é compatível com os programas, como nas outras cidades, como Brasília de Minas, Montes Claros, Manga e várias outras, onde a área da saúde vai indo bem. Dessa maneira, Deputado Duarte Bechir, quero dizer que a perseguição insistente do governo federal com o Norte de Minas, de tirar da gente a possibilidade de tentar atrair uma montadora, fez com que o Governador Anastasia, com apoio do Senador Aécio Neves, colocasse incentivos fiscais para criar uma espécie da Sudene mineira. Toda firma que for para o Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Mucuri, Deputado Duarte Bechir, terá, na compra do seu maquinário, a isenção de ICMS, e em várias outras situações. Hoje mesmo, o carinho que o ex-Governador Aécio Neves e o nosso Governador Anastasia têm com a região fez com que se reunisse aqui uma multidão da cadeia produtiva do leite. Só do Norte de Minas vieram mais de 250 pessoas, como a Vice-Prefeita de Francisco Sá, cujo marido é produtor rural, como o Claudinho, o pessoal da Asproleite. Eles vieram aqui porque estão recebendo o carinho, o apoio e o incentivo do Governador Anastasia e do Senador Aécio, para desenvolver o Norte de Minas. Foram centenas de tanques de resfriamento de leite colocados pelo então Governador Aécio, por meio da Emater e do seu ex-Presidente, hoje Deputado José Silva, para melhorar a qualidade do leite do Norte de Minas. E, com a criação do Fórum do Leite, com certeza o Norte de Minas vai se desenvolver mais. Essa questão da geração de renda e emprego no Norte de Minas, Deputado Duarte Bechir, é uma situação que o então Governador Aécio fez muito bem e que está sendo bem copiado pelo nosso Governador Anastasia.

Já conhecemos a estratégia do Deputado Paulo Guedes, que não tem realmente os serviços e as obras do governo federal. Sabemos da situação da saúde em todo o País. A Presidente Dilma, coitada, foi vítima de um câncer, de um linfoma, e agora também o Reynaldo Gianecchini. São pessoas importantes. Talvez com o Reynaldo Gianecchini o quadro da saúde possa melhorar um pouco. Mesmo a Dilma tendo sofrido dessa maneira, vemos que a saúde é o item do seu governo mais mal-avaliado, com 69% da população brasileira repudiando o sofrimento da saúde. E esse problema tem batido nas costas dos Prefeitos. Os Prefeitos é que estão carregando a questão da saúde.

Na saúde, o governo do Estado é urgência e emergência. O governo federal fala que vai destinar dinheiro para urgência e emergência, mas já se passaram dois anos e o governo não destina esses recursos. Os hospitais estão quebrando, largando o SUS, e o povo sofrendo com filas enormes.

Temos de ver que a estratégia do Deputado Paulo Guedes é muito correta. Ele apresenta uma inverdade, e ficamos falando quais são as verdades, mas citando o nome dele. Então, o nome dele está sendo divulgado: “Falem mal, mas falem de mim”. Obrigado, Deputado Duarte Bechir.

O Deputado Duarte Bechir - Muito bem. Na sequência, com prazer, quero conceder aparte ao Deputado Antônio Carlos Arantes, uma vez que o Deputado Arlen Santiago também nos traz a notícia de que o governo de Minas cria o fórum de apoio à cadeia produtiva do leite.

O Deputado Antônio Carlos Arantes (em aparte)\* - Deputado Duarte Bechir, V. Exa. faz um belo pronunciamento, sempre muito atualizado, capacitado e claro no raciocínio. Suas palavras contribuem muito com os mineiros.

Ano passado, estivemos com o Governador na sua residência, no Palácio das Mangabeiras, com 23 cooperativas do Sul de Minas, grupo que se chama Minas Leite. Reivindicamos dele uma ação direcionada aos setores do café e do leite. Ele combinou conosco que faria essa ação este ano e a fez. Já criou o fórum do café e agora está criando o fórum do leite. E isso será bom, pois haverá técnicos especializados para buscar ações proativas, concretas, que venham a fortalecer a cadeia do leite e a do café, que são dois grupos distintos.

Quando se fala do leite, resalto que hoje, ao lado de mais de mil pessoas, tive a honra de representar a Assembleia junto ao Governador e pude ver que o produtor de leite está muito feliz com este governo. Só no Norte de Minas, em consequência do trabalho iniciado pelo Aécio juntamente com o Governador Anastasia, são 250 mil litros de leite doados gratuitamente e diariamente à população carente. Esse trabalho é da Pasta do Secretário Gil Pereira, mas antes era da Elbe Brandão.

Para concluir, esclareço que o Aécio gosta do Norte, como se fala, porque ele tem ligação com a região, pois o pai dele é de lá. A família tem muita ligação com o Norte de Minas. Um dos exemplos são os números do IBGE. Basta olhá-los para ver que a região que mais cresceu no Estado de Minas Gerais nos últimos oito anos foi o Norte de Minas. Por quê? Porque houve investimentos maciços do governo do Estado em água, por meio da Copanor, em saneamento, na agricultura familiar e nas rodovias, que estão por todos os lados. Essa é a razão desses números.

Parabéns pelo seu pronunciamento e trabalho. O senhor é um brilhante e dinâmico Deputado nesta Casa.

O Deputado Duarte Bechir - Obrigado. Sr. Presidente, sei que o tempo já está esgotado, mas quero concluir, pois concedi aparte ao Deputado Arlen Santiago, que, com muita propriedade, fez o seu pronunciamento e acabou dentro do mesmo raciocínio que fazíamos.

Para finalizar, quero dizer que a lei da ficha limpa foi votada pelo Congresso. Deram a ela uma cara que fez com que o Brasil respirasse aliviado e dissesse: “Enfim, vamos punir os maus exemplos da política”.

Mas, ela começou a afrouxar mais e mais: permitiu que se candidatassem algumas pessoas que não poderiam fazê-lo; disse que alguma coisa não precisaria entrar em funcionamento este ano, mas só daqui a dois, etc. E o que fez o Governador do Estado de Minas Gerais, Antonio Anastasia? Aplicou em Minas Gerais, de autoria dele, a ficha limpa mais completa do Brasil. Se ela fosse colocada em prática em muitos Estados da Nação, certamente não sobraria a metade dos funcionários contratados, principalmente nos cargos comissionados, para ajudar na tarefa de administrar o Estado.

Então, Minas Gerais continua sendo exemplo de dignidade e de prosperidade, com nosso PIB crescendo mais do que o nacional e, acima de tudo, com um Governador voltado para a seriedade, a transparência e a responsabilidade com os recursos públicos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

\* - Sem revisão do orador.



**MATÉRIA ADMINISTRATIVA**

**TERMO DE CONTRATO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Trípoli Confecções Ltda. Objeto: compra de vestuário para apresentadores e repórteres da TV Assembleia. Vigência: de 22/8/2011 até o termo final do prazo de entrega previsto na cláusula 2.1. Licitação: Convite nº 2/2011. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.

**TERMO DE CONVÊNIO**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Município de Pouso Alegre. Objeto: transmissão do sinal da TV Assembleia. Vigência: 10 anos a contar da assinatura. Dotação orçamentária: 02.02.04.122.6001.2009.33.90.3600 – ficha 125.

**TERMO DE CONVÊNIO**

Primeira convenente: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Segundo convenente: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Objeto: proceder ao pagamento de remunerações, proventos e pensões, relativos aos servidores da ALMG. Vigência: 60 meses a partir de 19/7/2011.

**TERMO DE ADITAMENTO**

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: AAAA Soluções Ecológicas Monte Verde Ltda. Objeto: prestação de serviços de controle, combate e extermínio de pragas urbanas (insetos, roedores e aracnídeos) nas dependências da ALMG e seus anexos, com fornecimento de todos os produtos e equipamentos necessários. Objeto do aditamento: acréscimo de 15% do objeto contratual – inclusão de 17 andares do imóvel situado na Rua Martim de Carvalho, 94, no Bairro Santo Agostinho, nesta Capital. Vigência: a partir da assinatura. Dotação orçamentária: 1011-01-122.701-2.009-3.3.90-10.1.